

# AGENDA 21 LOCAL DE REDONDO

## Plano de Acção 2005-2015

### Metas e Objectivos



Redondo 2005

## Índice

<b>Considerações prévias.....</b>	<b>3</b>
<b>1. O que é uma Agenda 21 Local?.....</b>	<b>6</b>
<b>2. Metodologia adoptada e estratégia de participação .....</b>	<b>10</b>
2.1 Metodologia adoptada .....	10
2.2 Estrutura de participação .....	14
<b>3. Enquadramento geral do plano.....</b>	<b>18</b>
<b>4. A construção do plano de acção - Estratégia de base, medidas e objectivos.....</b>	<b>19</b>
4.1 Estratégia de base – Um futuro sustentável para Redondo .....	19
4.2 Pontos fortes e pontos fracos do concelho .....	21
<b>5. Plano de Acção da Agenda 21 Local Redondo - Metas e objectivos para 2005-2015.....</b>	<b>28</b>
5.1 EIXO 1 – Apoio ao desenvolvimento e conhecimento .....	33
5.2 EIXO 2 – Promoção do Concelho de Redondo .....	37
5.3 EIXO 3 – “Redondo: concelho azul e verde” .....	42
5.4 EIXO 4 – Desenvolvimento social e bem-estar .....	47
5.5 EIXO 5 – Melhoria das condições de vida da população .....	51
5.6 EIXO 6 – Cidadania e participação .....	54
5.7 Considerações finais .....	59
<b>6. Indicadores de sustentabilidade.....</b>	<b>60</b>
6.1 Indicadores de processo - Monitorização das acções previstas no plano A21LR .....	63
6.2 Monitorização do Plano de Acção .....	67
6.3 Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da A21LR – SIDS A21LR .....	69
6.4 Indicadores comuns europeus - Para um perfil da sustentabilidade local .....	77
<b>7. Desenvolvimentos futuros .....</b>	<b>80</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>82</b>
I - Regulamento de participação .....	83
II - Quadro de resumo .....	86
III - Contributos individuais para a A21L de Redondo - pensar global, agir local .....	98

---

## Considerações prévias

---

### Da autarquia

Quando em Dezembro de 2003, o Município de Redondo se lançou no desafio do desenvolvimento sustentável, na sequência de um projecto delineado pela Associação de Municípios do Distrito de Évora em parceria com a Diputación de Badajoz, fê-lo consciente das suas responsabilidades enquanto município pioneiro no Distrito de Évora e dando resposta positiva às crescentes exigências colocadas pela comunidade internacional, desde a Cimeira do Rio em 1992.

Mas ao aceitar esse desafio, o Município de Redondo fê-lo de imediato com a convicção de que uma Agenda 21 Local encerra dois princípios básicos. Em primeiro lugar, o reposicionamento da sociedade civil ao nível da participação e exercício da cidadania activa. Sendo um pilar incontornável da democracia, o primado da participação foi amplamente estimulado com vista à definição de estratégias e medidas de actuação planeadas e concertadas por um conjunto de actores institucionais ou individuais, envolvidos em comissões temáticas de discussão, na Comissão Estratégica 21 e no fórum Assembleia 21. De resto, a participação da população neste processo revelou-se de excepcional benefício, visto espelhar com toda a naturalidade, anseios, necessidades e sensibilidades oriundos de matrizes diversas, as quais, conferem o colorido empírico e quotidiano ao retrato do concelho, iniciado com a elaboração do Diagnóstico Ambiental, Social e Económico do Concelho de Redondo.

Estritamente relacionado com este aspecto da participação, o segundo princípio remete para a própria ideia de desenvolvimento sustentável, só alcançável pela articulação e integração equilibrada dos vectores ambiental, social e económico do concelho, ancorada na ideia de uma profunda interdependência que hoje como nunca, determina e reajusta a relação entre sociedade e natureza. Foi imbuído deste espírito que o processo da Agenda 21 Local de Redondo se desenvolveu, procurando discutir problemáticas com múltiplos epicentros e repercussões transversais, a partir de um enfoque multidisciplinar, integrando nesse debate a sociedade civil, as autoridades locais e os agentes económicos, culturais e educativos.

Por conseguinte, foi a partir da articulação destes elementos que são definidas as bases para um processo de desenvolvimento estratégico do concelho de Redondo, cuja ancoragem no futuro é indissociável da valorização das forças identificadas na região e do combate enérgico às ameaças que se colocam permanentemente a um concelho do interior do país. O património arqueológico, cultural e ambiental, a vocação turística com forte ênfase no aproveitamento dos recursos naturais, a qualidade reconhecida dos produtos agro-alimentares e o potencial cultural dos habitantes, constituem os alicerces da visão para o concelho que agora se apresenta e que se sintetiza em harmonia com a ideia chave que norteou a elaboração do Plano de Acção: *suprir as necessidades da população, preservando o ambiente, a paisagem e a identidade cultural do concelho de Redondo.*

## Da equipa técnica

Algumas pessoas nunca terão ouvido falar em Agenda 21 Local ou em desenvolvimento sustentável. No entanto, quase todos partilharão a crescente preocupação no que diz respeito à degradação ambiental, aquecimento global e mudanças climáticas.

A Agenda 21 Local visa resolver estes problemas a um nível local, enquanto são simultaneamente desenvolvidos esforços para aumentar a qualidade de vida das comunidades integrando soluções económicas, sociais e ambientais. A Agenda 21 Local pressupõe o envolvimento de todos onde, cada um tem que ser responsabilizado pelas suas acções e atitudes. Urge encontrar formas de utilização dos recursos com maior eficácia, mantendo os desperdícios e poluição ao nível mínimo para que os sistemas naturais os possam suportar.

Esta é a primeira proposta da Agenda 21 Local de Redondo (**A21LR**). Ela contém planos e acções que visam implementar o desenvolvimento sustentável em Redondo e assenta em acções definidas no seio da Comissão Estratégica e aprovadas pela Assembleia 21. Este documento é o resultado de um primeiro conjunto de consultas à população e expressa a visão de agentes económicos, associações e colectividades, organizações privadas e cidadãos individuais, entre outros.

O documento que a seguir se apresenta divide-se em 4 blocos, que se interligam entre si: o primeiro introduz os conceitos e os princípios que norteiam a elaboração de uma Agenda 21 Local (capítulo 1); o segundo faz referência à metodologia utilizada para a elaboração da A21LR (capítulos 2 e 3); o terceiro bloco apresenta-nos o plano de trabalho a 10 anos a ser implementado pela autarquia e instituições locais, isto é, o **Plano de Acção da A21LR** propriamente dito (capítulos 4, 5 e 6); por último, e não menos importante, pois a A21LR é um processo contínuo e participado que deve merecer o empenhamento de todos, são apresentadas orientações para os desenvolvimentos futuros da mesma, que deverão passar irremediavelmente por um fortíssimo empenho na mobilização da população para este processo.

Refira-se que este documento é apenas o princípio de um processo de participação contínuo, para que futuras versões do mesmo possam conter mais acções definidas e propostas avançadas por outras pessoas e organizações,

Agradecemos a todos a participação e colaboração na construção deste documento, em particular aos que integraram as diversas comissões temáticas de discussão. Mas também aos representantes da sociedade civil na Comissão Estratégica 21: António Carriço, António Sobral, Gonçalo Morais, Isabel Marques, José Aboim Barros, José Pedro Proença, Manuel Canário, Manuel Pirraça, Maria Angélica Palmeiro, Mariana Pita, Olaf Maat, Pedro Roma, Rui Mataloto, Teresa Godinho e Teresa Maat. Agradecemos finalmente aos elementos da mesa da Assembleia 21, Isidoro Almeida, José Portel e Manuel Calado, pela disponibilidade demonstrada.

permitindo uma crescente aproximação à realidade, corrigindo e validando opções/eixos de intervenção, que deverão conduzir ao desenvolvimento sustentável do Concelho de Redondo.

É nesse tipo de desenvolvimento que o documento agora apresentado se concentra, configurando-se como um instrumento adicional e essencial de ordenamento e planeamento estratégico do território.

### Apresentações da A21LR:

III Jornadas do Território “Novas Metrópoles, Velhas Regiões: Dinâmicas de Povoamento”, Instituto Politécnico de Tomar, 23/05/05

Conferência “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Um Desafio para o séc. XXI”, Município de Vendas Novas, 07/04/05

Workshop “Agenda 21 Local – Partilhar, Participar, Operacionalizar”, APEA, Oeiras, 22/06/05

Colóquio “Participação e Desenvolvimento Local”, Assoc. Desenvolvimento Rural de Lafões, Vouzela, Julho 04

Conferência “Claves y Desafios para un Desarrollo Local Sostenible: Las Agendas 21”, Diputación de Badajoz, Junho 2005

1ª Feira de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Loures, Setembro de 2006



## 1. O que é uma Agenda 21 Local?

É um processo **transversal** de actuação ao nível local que, constatando a necessidade de promover o **desenvolvimento** económico e da comunidade (e.g. social, ambiental) de forma **sustentável** (fig.1), parte das características e dos problemas próprios de cada **território** para encontrar as soluções mais adequadas, através da **participação** de autoridades locais, sociedade organizada e população em geral, num **diálogo** constante...

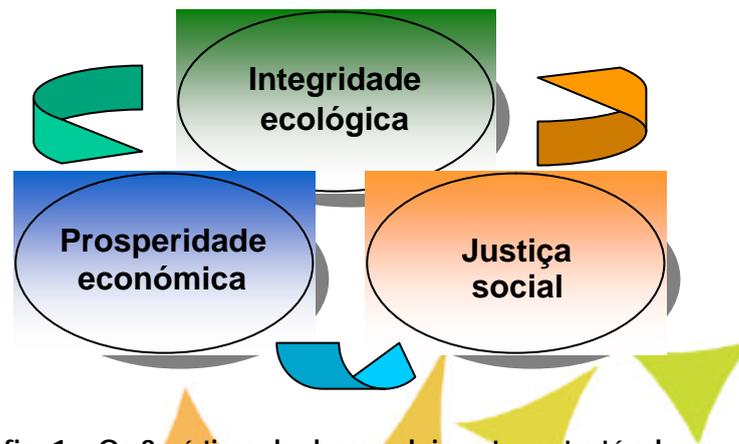


fig. 1 – Os 3 vértices do desenvolvimento sustentável

Com base nestes 3 vértices/sistemas (ambiental, social e económico), a **A21LR** deverá agir de forma a atingir:

### no plano económico:

- ✿ a maximização do bem-estar humano;
- ✿ uma utilização eficiente dos recursos, naturais e outros, maximizando as vendas geradas;
- ✿ a identificação e internalização dos custos ambientais e sociais;
- ✿ a manutenção e o reforço das condições de viabilidade das empresas;

### no plano social:

- ✿ a garantia de uma justa distribuição dos custos e benefícios do desenvolvimento;
- ✿ o respeito e reforço dos direitos humanos fundamentais, incluindo as liberdades política e civil, autonomia cultural, liberdades social e económica e a segurança das pessoas;

*“A Agenda 21 Local é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.”*

*International Council for Local Environmental Initiatives (I.C.L.E.I.)*

- melhorias continuadas, assegurando que a utilização dos recursos naturais não prejudique as futuras gerações através da sua substituição por outras formas de capital;

#### no plano ambiental:

- a promoção de uma postura responsável na utilização de recursos naturais e do ambiente, incluindo a reparação de danos do passado;
- a minimização da produção de resíduos e de prejuízos ambientais ao longo de toda a cadeia produtiva;
- uma actuação prudente quando os impactes são desconhecidos ou incertos;
- a operação dentro dos limites ecológicos e a protecção do capital natural crítico.

Todavia, habituámo-nos a assumir que a sustentabilidade se situa no cruzamento dos 3 sistemas atrás referidos, mas esquecemos que raramente esses três círculos se cruzam, existindo amiúde uma enorme competição entre eles, raramente se cruzando só por si. Por isso, importa fazer algo decisivo para com que eles se cruzem efectivamente, a chamada **boa governação**, que é frequentemente referida como a 4.<sup>a</sup> dimensão da sustentabilidade.

A **A21LR** deverá comprometer-se no enriquecimento do processo de decisão através de maior democracia participativa e:

#### no plano da governância:

- apoiando a democracia representativa, incluindo as tomadas de decisão participadas;
- encorajando a livre iniciativa no quadro de um sistema transparente de regras e incentivos justos;
- evitando a concentração excessiva de poder através de mecanismos de controlo adequados;
- assegurando a transparência, fornecendo a todos os grupos de interesse o acesso à informação rigorosa e relevante;
- assegurando o controlo das decisões e acções com base em análise alargada e fiável;
- encorajando a cooperação na criação de climas de confiança e partilha de valores objectivos;

#### O que é o desenvolvimento sustentável?

*"É o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras"*

**Comissão Brundtland, 1987**

- assegurando que a tomada de decisão ocorre no nível apropriado, praticando o princípio da subsidiariedade, sempre que possível.

### Os princípios orientadores de uma Agenda 21 Local são os seguintes:

- **processo contínuo** – uma A21L não é um começo nem um fim, é um compromisso a longo termo para atingir um desenvolvimento ecologicamente sustentável, que deve ser uma orientação permanente sobre a forma como os municípios desenvolvem as suas funções e responsabilidades;
- **integração** – a integração plena do plano de acção da A21L em toda a estratégia de planeamento dos municípios assegura que todas as preocupações ambientais, sociais e económicas são incorporadas em todo o processo de tomada de decisão;
- **parceria com a comunidade** – a consulta e a participação da comunidade é o princípio básico num processo de A21L. Os processos A21L pretendem tornar a ideia de “pensar global, actuar localmente” numa realidade ao efectuar mudanças nas atitudes e acções das pessoas ao nível da comunidade – em casa, no trabalho e nas relações sociais e através dos seus governos locais;
- **soluções locais para problemas globais** – é fundamental associar as soluções e acções locais às soluções globais. Respostas colectivas de governos locais foram reconhecidas a nível internacional como a forma mais efectiva de tornar a A21L e outras estratégias internacionais e nacionais uma realidade, alcançando, assim, as mudanças que satisfaçam um Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável (DES).

#### Princípios orientadores de uma Agenda 21 Local:

- Processo contínuo
- Integração
- Parceria com a comunidade
- Soluções locais para problemas globais

---

Um processo que pretenda atingir os princípios do Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável deverá comportar as seguintes preocupações:

- ❁ as decisões de gestão, planeamento e o desenvolvimento devem basear-se na integração das preocupações económicas, ambientais e sociais;
  - ❁ o evitar de graves riscos ou irreversíveis danos ambientais não deve ser adiado devido à ausência ou insuficiência de estudos e conhecimentos científicos (princípio da precaução);
  - ❁ o reconhecimento de que impactes ambientais podem fazer-se sentir por todo o mundo e que a competitividade internacional deveria por isso ser ambientalmente sustentável;
  - ❁ o desenvolvimento de uma forte, crescente e diversificada economia deverá contribuir para aumentar a capacidade para proteger o ambiente;
  - ❁ a tomada de consciência da necessidade de promover a consulta e a participação da comunidade no processo de tomada de decisão, por forma a atingir uma resposta cooperativa para as questões ambientais, económicas e comunitárias.
- 

## 2. Metodologia adoptada e estratégia de participação

### 2.1 Metodologia adoptada

Segundo o I.C.L.E.I (*International Council for Local Environmental Initiatives*) a elaboração da Agenda 21 Local deve assentar sobre as fases apresentadas no diagrama da fig. 2,

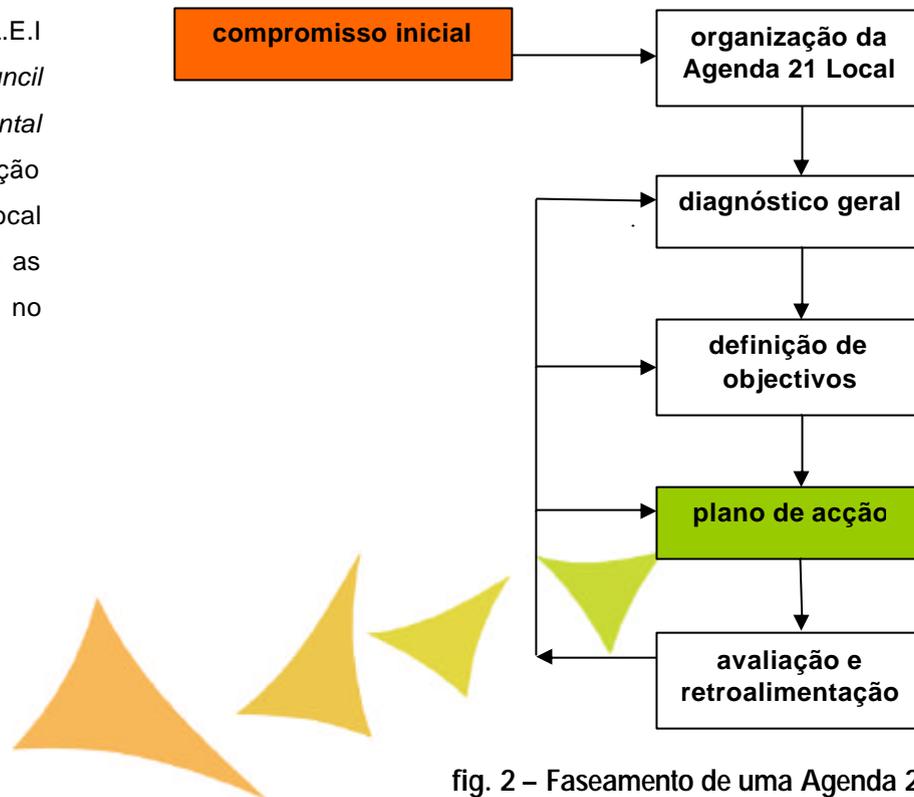


fig. 2 – Faseamento de uma Agenda 21

em que, sucintamente:

**compromisso inicial** – corresponde à manifestação da autoridade local em definir uma visão de futuro para a sua comunidade baseada na sustentabilidade;

**diagnóstico geral** – diagnóstico ou auditoria que identifica os problemas e causas mais importantes em matéria de sustentabilidade para aquela zona;

**definição de objectivos** – incorporação da visão orientadora para o desenvolvimento da comunidade e definição das metas de referência que deverão ser atingidas com a Agenda 21 Local, bem como a análise da viabilidade das diferentes alternativas para a concretização dos pontos de vista da sua rentabilidade económica e impacte ambiental e social, mediante identificação de opções disponíveis;

**plano de acção** – com início num projecto que será colocado à discussão no seio de um fórum ambiental, que deverá ser posteriormente aprovado pela autoridade local;

**avaliação e retroalimentação** – esta será a última fase, e centrar-se-á na avaliação do êxito da aplicação do plano de acção, através do controlo de indicadores definidos no programa de acompanhamento.

Neste âmbito, a metodologia utilizada privilegiou uma abordagem multissetorial da realidade local, focalizando-se na interdependência entre contemplação e intervenção nos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais. Além disso, o processo observou o estabelecimento de parcerias, tendo em conta que a Agenda 21 Local não é um documento institucional, mas um produto do consenso entre os diversos sectores da sociedade civil.

Face às especificidades dos objectivos da A21LR, quer em termos socioculturais e das respectivas bases económicas e sua inserção regional, quer de novos desafios que se colocam na actualidade, optou-se por uma metodologia assente nas seguintes apostas:

- a utilização de uma abordagem estratégica e prospectiva;
- um envolvimento contínuo e programado dos “actores” no processo de elaboração do plano;
- a criação de “fóruns” temáticos de discussão e participação na elaboração do Plano.

Deste modo, a elaboração da A21LR desenvolveu-se de acordo com as seguintes fases:



## FASE DE DIAGNÓSTICO

A primeira fase de trabalho, destinada à recolha de informação que serviu de suporte ao processo, forneceu bases para a apresentação de proposta e estratégia para as principais linhas de intervenção, desenvolvendo-se a dois níveis:

Diagnóstico preliminar - realização de diagnóstico ambiental, económico e social, baseado numa análise dos diversos estudos, trabalhos e planos existentes para o Concelho de Redondo, com os quais a Agenda 21 Local teve necessariamente de se articular. Este diagnóstico teve como objectivo fornecer as bases para as propostas de desenvolvimento sustentável, tendo em conta as especificidades e vocações às diferentes escalas territoriais.

Permitiu, ainda, identificar os Domínios Estratégicos fundamentais e mais relevantes para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Redondo, que deram origem às Comissões Temáticas, peças essenciais da metodologia de elaboração da A21LR.

Comissões Temáticas criadas a partir dos Domínios Estratégicos identificados (fig. 3):

- ✿ Comissão da Agricultura e Agro indústrias (C.A.A.I.);
- ✿ Comissão de Indústria, Comércio e Turismo (C.I.C.T.);
- ✿ Comissão da Educação e dos assuntos Sócio-Culturais (C.E.S.C.).

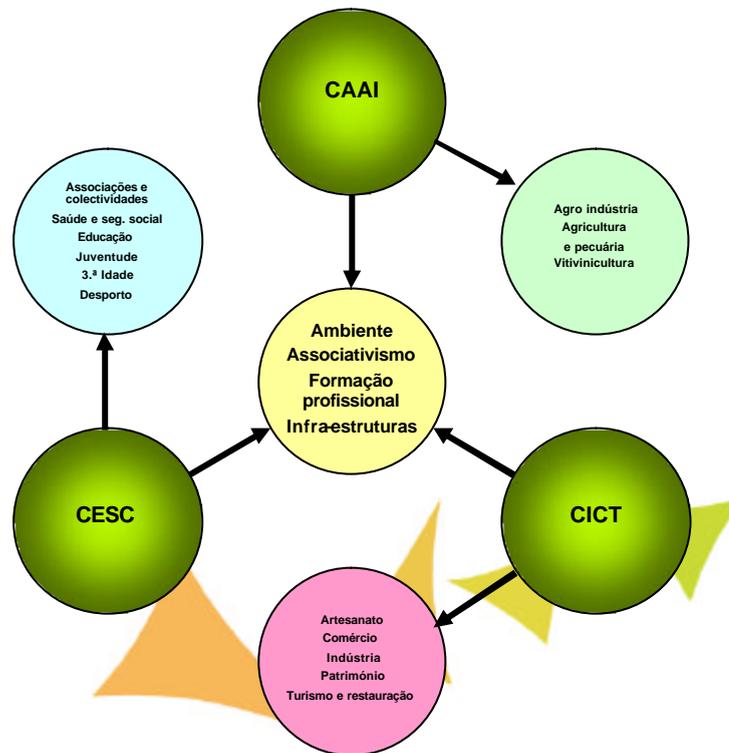


fig. 3 – Comissões Temáticas de Discussão

Nesta fase, a participação da população e restantes actores locais no acompanhando do desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente na atribuição de prioridades no processo de selecção dos Domínios Estratégicos a abordar no diagnóstico prospectivo, foi fundamental para a validação do mesmo;

**Diagnóstico prospectivo:** resultante das análises retrospectivas e prospectivas dos Domínios Estratégicos que foram entretanto efectuadas e de uma avaliação da estratégia individual dos actores do desenvolvimento e da elaboração de diagnósticos parcelares efectuados em conjunto com os diferentes Grupos de Discussão Temática.

---

## FASE DE ESTRATÉGIA, CONCERTAÇÃO E PROPOSTA DE PLANO PRELIMINAR

Para cada um dos **Domínios Estratégicos** definidos na fase anterior foram desenvolvidas as seguintes etapas:

1. Elaboração de uma proposta de **Quadro Estratégico de Intervenção**, que, tendo por base os diagnósticos elaborados e discutidos, definiu as grandes linhas de intervenção, os objectivos, os vectores e grandes acções estruturantes e estratégicas para fazer face aos principais desafios actualmente existentes;
2. Realização de uma análise preliminar de viabilidade e dos principais actores-chave, cujo envolvimento é relevante para a realização das grandes acções propostas, visando a preparação de futuras parcerias, determinantes para o sucesso das grandes acções;
3. Apresentação de **Plano Preliminar de Acção**.

### Uma aposta clara na descentralização

Realizaram-se reuniões em todas as localidades do Concelho de Redondo: Aldeia da Serra, Aldeias de Montoito, Falcoeiras, Foros da Fonte Seca, Freixo, Montoito, Redondo, Santa Susana e Vinhas.



## ELABORAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL DE REDONDO

Após o período destinado à discussão do documento Plano Preliminar de Acção e inclusão dos contributos foi elaborada a proposta final do Plano de Acção da Agenda 21 Local de Redondo. Tendo em conta que um programa de mudanças dirigido à sustentabilidade se deve basear na avaliação das actividades e dos sistemas existentes, na proposta final do Plano de Acção da Agenda 21 Local de Redondo foi incorporado um conjunto de indicadores de sustentabilidade para aferição da evolução do desenvolvimento local, nomeadamente da eficiência e eficácia na implementação das acções de intervenção, correcção de eventuais desvios de programação ou redefinição de acções.

### 2.2 Estrutura de participação

No âmbito da A21LR foi aprovado o Regulamento de Participação (anexo I), que cria os órgãos próprios da agenda e estabelece as interconexões entre estes e as instituições e actores locais. Assim, os órgãos e estruturas da A21LR são os seguintes:

**Assembleia 21 (Fórum):** órgão consultivo e de discussão alargada. Trata-se de uma assembleia consultiva de âmbito local, de discussão, participação e envolvimento das forças vivas locais e população em geral. Este órgão (fig. 4) é o ponto de partida – apresentação e arranque – e o ponto de chegada do processo, ou seja, fase de afinação e validação das diversas resoluções alcançadas no seio Comissão Estratégica 21. A mesa da Assembleia é constituída por 5 elementos: 1 presidente (representante do executivo camarário), 1 secretário (representante da equipa técnica da Trilho - ADR) e 3 vogais (2 representantes da população e 1 representante das juntas de freguesia);

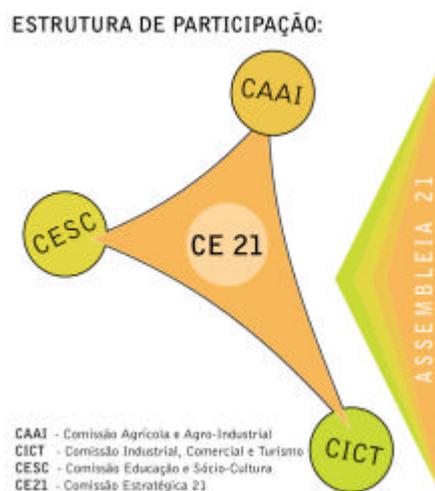
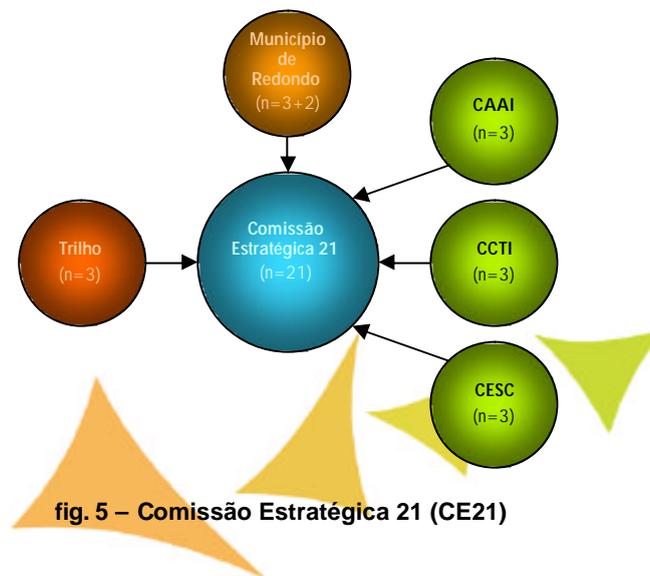


fig. 4 – Assembleia 21

**Comissão Estratégica 21 (CE21):** Órgão redactorial e de discussão transversal, que tem como principal fim a apresentação e validação das propostas formuladas pela equipa técnica, e em função das decisões tomadas por cada Comissão Temática de Discussão (CTD). É composta por 1 elemento do Executivo municipal, 2 elementos técnicos do Município, 3 elementos da equipa técnica da TRILHO – ADR, 1 representante eleito ou nomeado por cada uma das áreas dos sectores de actividade do Concelho e um representante de cada Junta de Freguesia, num total de 21 elementos, em que as comissões temáticas de discussão alimentam a CE21, a qual submete as propostas em sede de Assembleia 21 ao escrutínio da sociedade civil (fig. 5);



**fig. 5 – Comissão Estratégica 21 (CE21)**

### Um processo claramente participado

- 55 Reuniões de trabalho e de sensibilização com grupos específicos (e.g. agricultores, comerciantes, oleiros, estudantes e imigrantes)
- + de 100 horas de reunião
- + de 800 presenças
- Envolvimento dos jovens através de reuniões com chefes de turma, questionários e concurso de ideias para mascote e logótipo da **A21LR**

**Grupos temáticos/Comissões temáticas de discussão (CTD):** centros de análise e de discussão sectorial, de natureza reflexiva, nos quais cada cidadão pode participar, independentemente da sua área de interesse e proveniência, e sempre abertos à entrada de pessoas e/ou propostas. Todavia, os seus membros apenas podem ser eleitos por uma área de actividade (fig. 6).

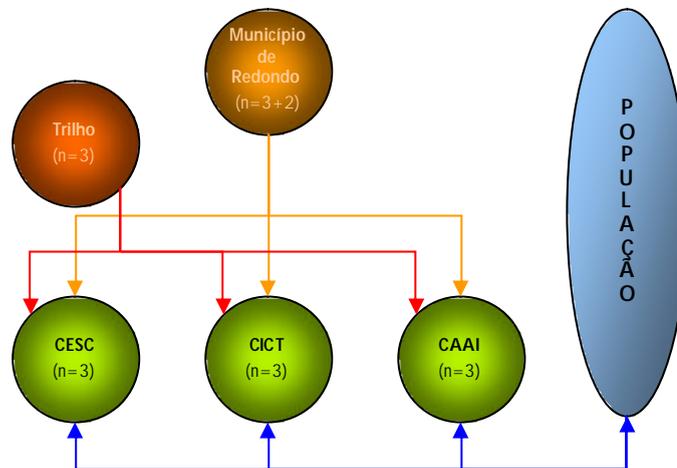


fig. 6 – Comissões temáticas de discussão (CTD's)

Como foi referido anteriormente, foram constituídas 3 CTD's, de acordo com os domínios/sectores de actividade estratégicos previamente seleccionados, os quais elegem os seus elementos para a CE21 de acordo com o seguinte critério:

- ✿ **Sector da agro-indústria, agricultura e pecuária (CAAI):** elege um representante de cada uma das seguintes áreas de actividade – agro-indústria, agricultura e pecuária e vitivinicultura, num total de 3 elementos;
- ✿ **Sector da indústria, comércio e turismo (CICT):** elege um representante de cada uma das seguintes áreas de actividade – indústria, comércio, turismo e restauração, artesanato e património, num total de 5 elementos;
- ✿ **Sector educativo e sociocultural (CESC):** elege um representante de cada uma das seguintes áreas de actividade e sectores – associações culturais e desportivas, juventude, idosos, saúde e segurança social e educação, num total de 5 elementos.

*“A população residente e organizações cívicas formais ou informais possuem uma experiência de vivência diária com a realidade local que lhes permite identificar e caracterizar os problemas-chave de modo mais rápido que peritos externos”.*  
**in I.C.L.E.I.**

A forma de escolha dos elementos de cada CTD foi feita *ad hoc* por eleição no seio de cada uma destas estruturas.

---

Refira-se que o ambiente, o associativismo, a formação profissional e as infra-estruturas foram consideradas componentes estruturantes e transversais, pelo que foram abordadas em todas as comissões, de modo a se alcançarem deliberações integradas.

A Equipa Técnica da Trilho-ADR e a Câmara Municipal estão presentes em cada comissão temática de discussão, enquanto observadores e elementos facilitadores de discussão, e também ao nível da definição de algumas propostas para discussão.

Note-se que se considerou sempre a possibilidade de a composição das CTD's poder incluir mais áreas de actividade de forma a assegurar a participação dos vários interesses e propostas dos sectores de actividade e da população em geral.

Salientem-se, pela sua importância no processo, duas instituições fundamentais, a Câmara Municipal, órgão executivo e regulador, e a Trilho-ADR, enquanto equipa técnica e órgão consultor.



---

### 3. Enquadramento geral do plano

---

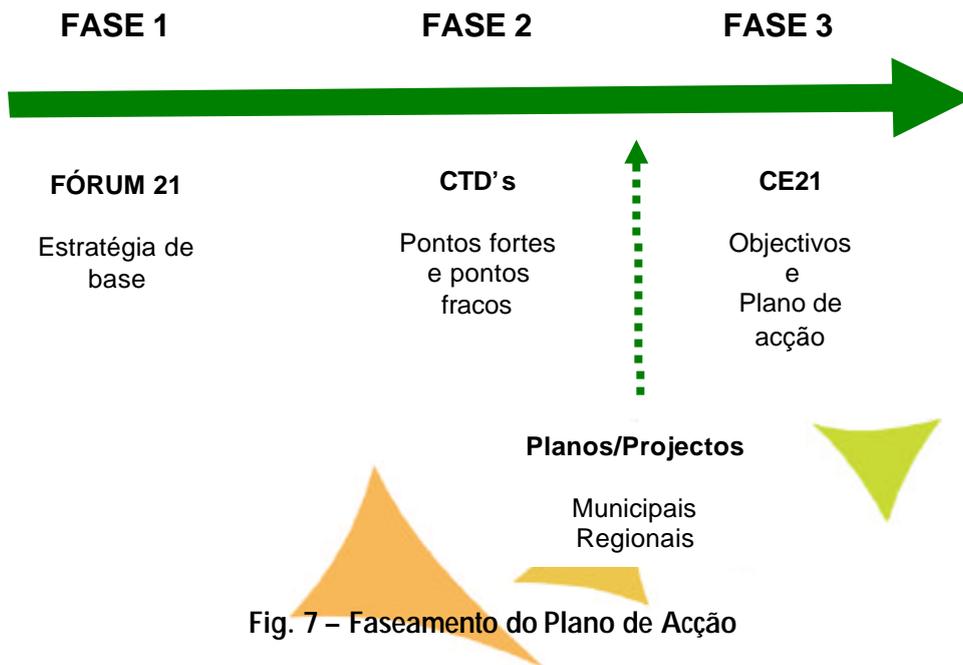
O presente plano é produto do Projecto "**DITAL 21: Desenho e Implementação Transfronteiriça da Agenda 21 Local**", apoiado pelo Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III-A - Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha. As entidades promotoras do projecto foram a Associação de Municípios do Distrito de Évora e a Diputación de Badajoz. Em termos genéricos, o projecto DITAL 21 pretendeu promover a elaboração da Agenda 21 enquanto plano de acção para o desenvolvimento sustentável, nos concelhos do Distrito de Évora e nas comarcas da Província de Badajoz. Iniciado em Janeiro de 2003, este projecto apoiou, no lado português, a elaboração das Agendas 21 Locais de Arraiolos e de Redondo e, no lado espanhol, as Agendas 21 Comarcais de Campiña Sur, Llanos de Olivenza, Tierra de Barros e Jerez-Sierra Suroeste (in Guia Metodológico do projecto DITAL).

O objectivo central da Agenda 21 Local de Redondo (A21LR) é atingir o desenvolvimento sustentável do Concelho de Redondo. Neste âmbito, o presente Plano de Acção visa o período de 2005-2015 e consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual do concelho, com os seus pontos fortes e pontos fracos, estrangulamentos e potencialidades, permita assegurar, neste horizonte temporal e de uma forma sustentável, um crescimento económico célere, uma coesão social e um elevado e crescente nível de protecção do ambiente.

O presente documento, elaborado no âmbito da A21LR, nos termos do projecto DITAL 21, pretende ser, tão só, a síntese de um conjunto de propostas aprovadas em sede da Assembleia 21 do Concelho de Redondo e que consubstanciam, no fundo, as acções a levar a efeito nos próximos anos pelos agentes económicos, sociais e culturais e pelas autoridades locais, regionais, nacionais e supranacionais, tendo em vista a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho.

#### 4. A construção do plano de acção - Estratégia de base, medidas e objectivos

A construção do Plano de Acção é o elemento central no planeamento do desenvolvimento sustentável, resultando de um desenvolvimento faseado, no qual interagem outros planos sectoriais de carácter local, regional e nacional (fig. 7)



##### 4.1 Estratégia de base – Um futuro sustentável para Redondo

Existem 13 objectivos fundamentais numa Agenda 21 Local. Estes objectivos apontam para a construção de parcerias entre entidades locais, públicas e privadas para o desenvolvimento e implementação de políticas e acções que visem o desenvolvimento sustentável. Assim, atingir-se-á o desenvolvimento sustentável em Redondo quando:

- ✿ os recursos forem usados com eficácia e os desperdícios forem minimizados através de ciclos fechados;
- ✿ a poluição for mantida a níveis nos quais os sistemas naturais possam sobreviver sem lhes causar danos;
- ✿ a diversidade da natureza for valorizada e protegida;
- ✿ as necessidades locais forem identificadas localmente;
- ✿ todos tiverem acesso a boa alimentação, água, abrigo e combustíveis a custos razoáveis;

- todos tiverem a oportunidade de desenvolver um emprego satisfatório numa economia diversificada, onde o trabalho seja valorizado e reconhecido, e em que as remunerações sejam justas e bem distribuídas;
- a saúde da população for protegida ao garantir um ambiente e serviços de saúde seguros, limpos e agradáveis, dando especial ênfase à prevenção de doenças e a uma assistência adequada aos doentes;
- o acesso a bens e serviço não for atingido à custa do ambiente ou limitado aos que possuem viatura;
- as pessoas viverem sem medo de violência pessoal ou de perseguições devido a crenças, raças, género ou sexualidade;
- todos tiverem acesso ao ensino e formação, conhecimento e informação indispensável para que possam ter um papel activo na sociedade;
- todas as franjas da comunidade se sentirem impelidas a participar no processo de decisão;
- oportunidades de cultura e lazer estiverem ao dispor de todos;
- lugares, espaços e equipamentos combinarem a necessidade e a estética com a utilidade, devendo os espaços urbanos ser humanos em escala e forma e a diversificação e identidade valorizadas e protegidas.

O Plano de Acção expõe as actividades que o município e os seus parceiros e cidadãos de Redondo indicaram como prioritárias para atingir os objectivos acima referidos e que têm presente a necessidade de maximizar e potenciar os pontos fortes e minimizar os pontos fracos diagnosticados.

Neste contexto, a estratégia assumida para atingir as metas atrás referidas desenvolveu-se de acordo com 3 passos fundamentais:

1. diagnóstico dos pontos fortes e pontos fracos do concelho, no seio das CTD's e ao nível dos **Domínios Estratégicos**;
2. definição de **objectivos gerais e objectivos específicos** que visem maximizar os pontos fortes e minimizar os pontos fracos;
3. delineação de acções a propor no âmbito da Agenda 21 Local do Concelho de Redondo.

## 4.2 Pontos fortes e pontos fracos do concelho

A partir do diagnóstico do concelho efectuado construíram-se as matrizes que se apresentam seguidamente, resultantes da informação recolhida e provocada, e que correspondem a uma primeira aproximação aos pontos fortes e aos pontos fracos que as acções previstas no plano de acção procurarão maximizar e minimizar/superar, respectivamente. Refira-se que as fases subsequentes da A21LR deverão permitir afinar, corrigir, desenhar e validar estas ou novas acções, pelo que estas matrizes devem ser consideradas de uma forma dinâmica e aberta.

### 4.2.1 Agricultura, Pecuária e Agro indústria

DIAGNÓSTICO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✿ Saber-fazer tradicional;</li> <li>✿ Vocação das pessoas para as actividades agrícolas e agro-industriais;</li> <li>✿ Solos vocacionados para determinadas culturas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✿ Montado;</li> <li>✿ Vinha;</li> <li>✿ Olival.</li> </ul> </li> <li>✿ Área de regadio (Vigia);</li> <li>✿ Reconhecimento da qualidade dos vinhos e azeites;</li> <li>✿ Produtos biológicos;</li> <li>✿ Existência de pequenos nichos de produção tradicional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✘ Desvalorização da actividade agrícola tradicional;</li> <li>✘ Excessiva especialização na Vinha e no Vinho;</li> <li>✘ Olival envelhecido e com elevados custos de manutenção;</li> <li>✘ Abandono dos campos;</li> <li>✘ Deficiente estrutura de capitais das empresas do sector;</li> <li>✘ Falta de investimento ou investimento deficiente;</li> <li>✘ Reduzido planeamento a médio e longo prazo.</li> </ul>

OBJECTIVOS	
GERAL	ESPECÍFICOS
<p>Promover e tirar partido da vocação natural do concelho para a diversificação da agricultura e de produções locais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Tirar partido do saber-fazer e da tradição de produção e transformação de produtos agrícolas e pecuários;</li> <li>➤ Promover e dignificar as profissões ligadas aos sectores agrícolas e pecuários;</li> <li>➤ Promover a qualidade e autenticidade, fomentando o gosto pela aquisição de produtos locais;</li> <li>➤ Aliar a promoção dos produtos locais à restante promoção do concelho;</li> <li>➤ Promover a diversificação de culturas e produções</li> <li>➤ Fomentar o associativismo virado para o apoio directo à informação e esclarecimento do agricultor.</li> </ul>

## 4.2.2 Indústria, comércio, turismo, artesanato e património

DIAGNÓSTICO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✿ Indústria alimentar forte;</li> <li>✿ Projecto URBCOM;</li> <li>✿ Características físicas e ambientais do concelho;</li> <li>✿ Património natural, cultural e construído</li> <li>✿ Potencial turístico;</li> <li>✿ Projecto Parque de Redondo;</li> <li>✿ Artesanato conhecido (e.g. olaria);</li> <li>✿ Cultura popular com alguma dinâmica própria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✘ Excessiva especialização na indústria alimentar;</li> <li>✘ Restante indústria transformadora incipiente;</li> <li>✘ Comércio a necessitar de urgente modernização;</li> <li>✘ Reduzido número de estabelecimentos hoteleiros;</li> <li>✘ Artesanato a perder "autenticidade";</li> <li>✘ Estrutura empresarial débil;</li> <li>✘ Estrutura financeira das empresas fraca.</li> </ul>

OBJECTIVOS	
GERAL	ESPECÍFICOS
<p>Aumentar a atractividade do concelho, quer no que diga respeito a pessoas, quer às empresas e empresários.</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhorar as acessibilidades;</li> <li>➤ Aumentar e melhorar as possibilidades de instalação de novas empresas industriais e comerciais;</li> <li>➤ Fomentar o gosto pela aquisição de produtos e mercadorias no concelho;</li> <li>➤ Fomentar o surgimento de novas unidades hoteleiras</li> <li>➤ Melhorar a promoção turística do concelho;</li> <li>➤ Promover a qualidade e autenticidade do artesanato, embora reconhecendo a existência e o interesse de novas opções estéticas;</li> <li>➤ Aproveitar as condições excepcionais de acolhimento para eventos culturais e ambientais do concelho;</li> <li>➤ Fomentar o associativismo empresarial.</li> </ul>

#### 4.2.3 Educação, sociocultura, juventude, idosos, desporto, saúde e segurança social

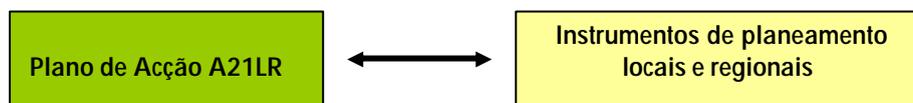
DIAGNÓSTICO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✿ Ligação afectiva da população ao seu local de residência;</li> <li>✿ População imigrante, em idade activa;</li> <li>✿ Existência do Conselho Municipal de Educação;</li> <li>✿ Investimentos na área da educação;</li> <li>✿ Suficiência de equipamentos de ensino;</li> <li>✿ Revisão curricular em curso;</li> <li>✿ Apoio da autarquia às actividades culturais;</li> <li>✿ Motivação/desempenho do pessoal de saúde;</li> <li>✿ Articulação dos serviços de saúde com diversas entidades do concelho;</li> <li>✿ Implementação da Rede Social;</li> <li>✿ Respostas sociais para crianças/jovens e idosos;</li> <li>✿ Política de venda de lotes para construção;</li> <li>✿ Manutenção da arquitectura tradicional;</li> <li>✿ Conservação do parque habitacional;</li> <li>✿ Dinâmica e número de associações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✘ Encerramento de escolas EB 1.º Ciclo;</li> <li>✘ Encerramento da telescola;</li> <li>✘ Provável encerramento de alguns cursos do 10.º, 11.º e 12.º anos;</li> <li>✘ Problema de segurança (crianças e idosos) em Montoito;</li> <li>✘ Défice de qualificações escolares e profissionais;</li> <li>✘ Reduzida cooperação inter-associativa;</li> <li>✘ Reduzido grau de participação cívica.</li> </ul>

OBJECTIVOS	
GERAL	ESPECÍFICOS
<p>Atingir o desenvolvimento social e a promoção do bem-estar da população, valorizando a identidade cultural e estimulando o espírito de parceria, entreatajuda e cooperação entre todos os agentes socioculturais e económicos do concelho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reivindicar o cumprimento das responsabilidades do Poder Central a nível das questões sociais, educativas, culturais e desportivas;</li> <li>➤ Desenvolver a cultura da parceria como forma privilegiada de identificar problemas e encontrar soluções participadas para os problemas existentes;</li> <li>➤ Implementar medidas que diminuam o abandono do espaço rural pela população;</li> <li>➤ Incrementar o apoio à terceira idade;</li> <li>➤ Assegurar a continuidade e funcionamento das unidades escolares fundamentais;</li> <li>➤ Rentabilizar os equipamentos culturais desportivos e sociais existentes;</li> <li>➤ Adequação do funcionamento, qualidade e mobilidade dos serviços de saúde, face às necessidades existentes;</li> <li>➤ Construção de novo Centro de Saúde de Redondo;</li> <li>➤ Implementação da Rede Social;</li> <li>➤ Criação de uma UAI – Unidade de Apoio Integrado;</li> <li>➤ Adequar as infra-estruturas de apoio aos idosos existentes às necessidades efectivas;</li> <li>➤ Intervenção junto das habitações devolutas no sentido da sua recuperação e ocupação;</li> <li>➤ Intervenção no mercado de terrenos para criação de bolsa de solos para autoconstrução a preços sociais;</li> <li>➤ Melhoramento de equipamentos de protecção civil;</li> <li>➤ Incremento do associativismo cultural, desportivo e social;</li> <li>➤ Fomento da participação da população na vida cultural, desportiva e recreativa.</li> </ul>

## Articulação com outros processos de planeamento em curso

Refira-se que as propostas de objectivos (gerais e específicos), delineadas a partir da colheita e análise de dados e informações, já existentes, e da informação provocada (e.g. inquéritos, entrevistas) levaram em conta diversos instrumentos de planeamento, planos concelhios e regionais em curso, com os quais a Agenda 21 Local tem necessariamente de se articular, e vice-versa. Isto é, se por um lado o Plano de Acção decorre do diagnóstico, o qual teve que obrigatoriamente que ter em conta os instrumentos já existentes, por outro lado as recomendações e estratégias do plano de acção deverão ser integradas e aplicadas nos processos de planeamento e gestão.

O Desenvolvimento de uma A21L não implica obrigatoriamente que tudo tenha que começar do zero, mas sim melhorar o que já existe localmente, construindo-se sobre estratégias e recursos existentes.



Destacam-se entre outros, alguns planos que, pela sua natureza e tipologia de intervenção, nortearam a estrutura final, a escolha dos eixos e as acções neles contidas.

## CARTA EDUCATIVA

De acordo com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. Assim, a Carta Educativa visa:

- ✿ assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, de modo a que as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que a esse nível se manifestar;
- ✿ ser o reflexo do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas;
- ✿ promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como às condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;
- ✿ incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

## ECOCIDADÃO

Projecto municipal de promoção ambiental que visa:

- despertar a consciência dos munícipes para a problemática da separação dos resíduos;
- formar cidadãos ambientalmente responsáveis e conhecedores dos desafios impostos por uma sociedade em constante mutação;
- aumentar a quantidade de resíduos recicláveis depositados correctamente nos Ecopontos;
- melhorar a qualidade da separação, quer as condições de higiene, quer físicas.

## FAME – FUNDO DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS NO CONCELHO DE REDONDO

Programa resultante de uma parceria entre a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A., Banco Espírito Santo e Câmara Municipal de Redondo. Este programa visa o apoio a micro empresas do concelho, ou que nele se pretendam instalar, em projectos com investimento elegível até ao valor máximo de 45.000,00 €

## REDE SOCIAL

A Rede Social foi criada em 1997, através de uma Resolução do Conselho de Ministros e tem como princípios fundamentais, o combate à exclusão social e erradicação da pobreza, numa perspectiva de concertação de esforços e meios.

É no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no CLAS (Conselho Local de Acção Social) que serão accionados os mecanismos necessários para dar resposta aos problemas sociais com que o concelho se debate no presente.

O Diagnóstico Social, definido no seio do CLAS deu corpo à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social que visa definir as prioridades de intervenção como forma de colmatar as situações de exclusão social e erradicação de focos de pobreza identificados no Concelho de Redondo, tendo sido determinadas as seguintes acções:

- **acção 1** – combate ao abandono escolar/promoção da educação/alargamento do pré-escolar;
- **acção 2** – equipamentos e serviços de apoio à população idosa portadora de deficiência e isolada;
- **acção 3** – combate ao desemprego/formação profissional/aquisição de competências para a vida activa/valorização pessoal;
- **acção 4** – acção em rede/coordenação conjunta de iniciativas.

---

## REQUALIFICAÇÃO DO CONVENTO DE S. ANTÓNIO – CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS

Sendo este um importante elemento do património histórico do concelho, foi decidida a sua conservação enquadrada num processo de requalificação que devolva o esplendor ao convento, em harmonia com a sua vocação cultural.

Nestes termos, será instalado neste espaço, um Centro Museológico que incorpora o Museu do Barro. A criação do Museu do Barro pretende, por um lado, prestar uma homenagem à olaria tradicional de Redondo e, por outro lado, consciencializar a comunidade do valor da sua própria cultura e identidade. Para além do museu, o Convento de S. António torna-se, por força das circunstâncias e da sua própria envolvente, um local privilegiado para a criação de um **Centro de Artes e Ofícios**, no qual a promoção e difusão da nobre arte de moldar o barro é certamente central.

## ROTA DOS SABORES

Projecto da responsabilidade da ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A., que visa a implementação de um itinerário de valorização de produtos qualificados, criando uma alternativa de divulgação com carácter inovador. Este projecto visa a promoção e dinamização dos produtos tradicionais protegidos que cria sinergias e envolve de uma forma integrada todos os actores locais com o intuito de promover produtos qualificados existentes no concelho.

## URBCOM

Programa, da tutela do Ministério da Economia, de revitalização do comércio, que visa apoiar a modernização de actividades empresariais do comércio e de alguns serviços, e a qualificação dos espaços urbanos envolventes, nomeadamente:

- modernização das unidades empresariais integradas na zona de intervenção delimitada;
- revitalização dos espaços públicos envolventes;
- realização de acções de promoção e animação comercial.

Após a elaboração de um estudo global da zona de intervenção, a vila de Redondo, este programa permitirá apoiar os comerciantes na realização de investimentos em equipamentos até ao limite de 35–45 % não reembolsável.

Refira-se que foi no âmbito da **A21LR** que foi despoletado o processo de criação de uma delegação concelhia da Associação de Comerciantes do Distrito de Évora em Redondo, entidade essa que irá acompanhar juntamente com a equipa especializada a implementação do projecto **URBCOM**.

---

## 5. Plano de Acção da Agenda 21 Local Redondo - Metas e objectivos para 2005-2015

Assim, tendo como pano de fundo o atrás exposto e partindo da realidade presente, nomeadamente a existência de planos e projectos concelhios (e.g. PDM, URBCOM) e regionais (e.g. Plano de Sinalização Turística do Alentejo), a Comissão Estratégica propôs à Assembleia 21 as primeiras acções da A21LR, enquadradas em 6 grandes eixos propostos pela Comissão Estratégica da A21L de Redondo:

**EIXO 1** – Apoio ao desenvolvimento e conhecimento

**EIXO 2** – Promoção do Concelho de Redondo

**EIXO 3** – “Redondo: concelho azul e verde”

**EIXO 4** – Desenvolvimento social e bem-estar

**EIXO 5** – Melhoria das condições de vida da população

**EIXO 6** – Cidadania e participação

Estes 6 eixos principais e norteadores do desenvolvimento sustentável do concelho organizam-se, por sua vez, em acções prioritárias e acções relevantes:

- ✿ **acção prioritária (AP):** acção estruturante que visa criar condições para a concretização de cada objectivo principal. Cada uma das acções prioritárias encontra-se detalhada na respectiva “ficha de acção” (tab. 1);
- ✿ **acção relevante (AR):** acção cuja concretização decorre da realização da(s) acção(ões) prioritária(s) e/ou lhes dá continuidade.

**Tabela 1 – Rubricas da ficha de acção**

<b>Objectivo da acção</b>	Identificação dos fins a atingir com a acção proposta
<b>Actividades e tarefas a desenvolver</b>	Resumo do conteúdo e explicitação das actividades previstas e integradas na acção
<b>Tipo de acção</b>	Identificação do tipo de intervenção – estudo, plano, projecto de execução, investimento ou obra, actividade organizativa
<b>Parceiros</b>	Identificação dos potenciais parceiros a envolver para a concretização da acção
<b>Prazo de execução</b>	Para uma abordagem e gestão de implementação do plano considerou-se um programa de execução separado em 3 categorias temporais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• curto prazo (até 1 ano)</li> <li>• médio prazo (até 4 anos)</li> <li>• longo prazo (de 5 a 10 anos)</li> </ul>
<b>Custos</b>	Dada a complexidade em estimar custos reais das diversas acções consideraram-se 3 níveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>• reduzidos (&lt; 5.000 €)</li> <li>• médios (5.000 € - 50.000 €)</li> <li>• elevados (&gt; 50.000 €)</li> </ul>
<b>Principais fragilidades da acção</b>	Descrição das principais ameaças à realização da acção ou dos pontos críticos a dedicar especial atenção
<b>Principais pontos fortes da acção</b>	Identificação dos principais méritos, principais oportunidades e principais apoios que potenciam a acção
<b>Indicador(es) de acompanhamento</b>	Indicadores que permitam “medir” a eficiência e eficácia da acção

Assim, no âmbito dos objectivos gerais do plano de acção da **A21LR** atrás enunciados, foram consideradas as acções prioritárias e relevantes que se listam nas tabelas abaixo apresentadas.

<b>EIXO 1 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO</b>
<b>OBJECTIVO – IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO</b>
<b>AP 1.1 - GABINETE DE PROMOÇÃO ECONÓMICA</b>
AR 1.1.1 - Campanha de estímulo ao consumo de vendas no comércio tradicional
AR 1.1.2 - Protocolo de cooperação com entidades de I&D
AR 1.1.3 - Campanha de sensibilização para a modernização da agricultura tradicional
AR 1.1.4 – Definição de um plano de dinamização do Pavilhão de Exposições
<b>AP 1.2 - GABINETE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO CULTURAL</b>
AR 1.2.1 - Campanhas de sensibilização para a protecção do património histórico
AR 1.2.2 - Realização dos “Encontros do Património”
AR 1.2.3 - Implementação dos “Recantos de Identidade e Património”
AR 1.2.4 - Animação socioeducativa, cultural, recreativa e desportiva
<b>AP 1.3 - GABINETE DE APOIO AO MUNICIPE</b>

<b>EIXO 2 – PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>
<b>OBJECTIVO – MARCA REDONDO - ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>
<b>AP 2.1 - CONCEPÇÃO DA IMAGEM/MARCA REDONDO</b>
<b>AP 2.2 - CONCEPÇÃO DE UMA CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO CONCELHO</b>
AR 2.2.1 - Implementação de uma campanha de valorização dos produtos locais
AR 2.2.2 - Implementação de uma campanha de valorização da oferta enogastronómica concelhia
<b>AP 2.3 - REVITALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS VILAS E ALDEIAS DO CONCELHO</b>
AR 2.3.1 - Criação de uma rede de circuitos pedonais de interpretação da natureza para todas as localidades do concelho
<b>AP 2.4 - REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS ACTIVIDADES ARTESANAIS DO CONCELHO</b>
AR 2.4.1 – Dinamização do espaço do Convento de Santo António
<b>AP 2.5 - PROMOÇÃO DE UM EVENTO CULTURAL ANUAL, DE DIMENSÃO NACIONAL</b>
AR 2.5.1 – Definição de um plano anual de actividades para o Centro Cultural - Casa das Artes e Casa de Espectáculos.

### **EIXO 3 – “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”**

#### **OBJECTIVO – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”**

##### **AP 3.1 – PLANEAMENTO DO TRÂNSITO, DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PEDONAIS EM REDONDO**

AR 3.1.1 - URBCOM Redondo

AR 3.1.2 – GTL - Projecto de revitalização do centro histórico

##### **AP 3.2 - CRIAÇÃO DA “COMISSÃO VERDE”**

AR 3.2.1 – Campanha “ECOCIDADÃO”

AR 3.2.2 - Candidatura ao “CONCELHO AZUL” ou outras iniciativas idênticas

AR 3.2.3 - Estudo para implementação de uma central inter concelhia de reciclagem de resíduos da construção civil

##### **AP 3.3 - DIVERSIFICAÇÃO DO QUADRO ENERGÉTICO DO CONCELHO**

AR 3.3.1 - Auditoria energética aos serviços públicos e municipais

##### **AP 3.4 – PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA**

AR 3.4.1 – Implementação de um “contrato de gestão” dos recursos hídricos do concelho

##### **AP 3.5 - PLANO DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL**

### **EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR**

#### **OBJECTIVO – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO**

##### **AP 4.1 - DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO**

AR 4.1.1 – Implementação do Programa Rede Social

AR 4.1.2 - Plano de Desenvolvimento Social

##### **AP 4.2 - DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS INTERGERACIONAIS**

##### **AP 4.3 - REFORÇO DA REDE DE APOIO AO CIDADÃO**

##### **AP 4.4 - CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO AOS EMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS**

##### **AP 4.5 – REFORÇO DO ASSOCIATIVISMO**

## **EIXO 5 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO**

**OBJECTIVO – PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO**

**AP 5.1 - INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**AP 5.2 - ACESSIBILIDADES, HABITAÇÃO E TRANSPORTE**

**AP 5.3 – PROMOÇÃO DA SAÚDE**

## **EIXO 6 - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO**

**OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO**

**AP 6.1 - ASSEMBLEIA 21 – FÓRUM CÍVICO CONCELHIO**

**AP 6.2 - COMISSÃO DE COMÉRCIO, TURISMO, INDÚSTRIA E ARTESANATO**

**AP 6.3 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SOCIOCULTURA, COLECTIVIDADES, SAÚDE, DESPORTO, 3.ª IDADE E JOVENS**

AR 6.3.1 - Criação de uma comissão municipal de desporto e cultura

AR 6.3.2 - Criação de uma comissão municipal de juventude

**AP 6.4 - COMISSÃO DE AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**

AR 6.4.1 - Criação de um conselho agrícola

**AP 6.5 - COMISSÃO ESTRATÉGICA 21**

Seguidamente serão apresentadas as fichas de acção, sendo as complementadas com uma lista sob a forma de um quadro de resumo (anexo II), de modo a permitir uma leitura global e simplificada das mesmas.

## 5.1 EIXO 1 – Apoio ao desenvolvimento e conhecimento

Este eixo assenta no pressuposto de o desenvolvimento sustentável dever basear-se no conhecimento e na informação, que devem estar ao alcance de todos, atingindo todos os sectores da sociedade, quer o económico, quer o social, quer o cultural. É a partir desta ideia chave que surge este primeiro eixo, que pretende, a partir da criação do **CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO**, contribuir para a difusão de informação, esclarecimentos, encaminhamentos e apoio a todos os munícipes, bem como a potenciais investidores e dinamizadores.

Este eixo visa, ainda, contribuir para melhorar o acesso de todos os cidadãos, sobretudo os mais vulneráveis, aos serviços públicos e à divulgação dos direitos, deveres e benefícios sociais, bem como aumentar o grau de comunicação entre o munícipe, a autarquia e demais serviços públicos.

<b>EIXO 1 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO</b>	
<b>OBJECTIVO – IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO</b>	
<b>AP 1.1 – GABINETE DE PROMOÇÃO ECONÓMICA</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de um gabinete onde sejam centralizadas todas as informações destinadas a promover e apoiar o desenvolvimento económico do concelho (comércio, artesanato, turismo, indústria, agricultura), e dinamizar o <i>marketing</i> do concelho junto de potenciais investidores
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento da formação profissional entre trabalhadores do comércio, hotelaria e turismo</li> <li>• Dinamização e promoção de actividades artesanais do concelho</li> <li>• Preparação e participação em eventos e feiras nacionais e internacionais</li> <li>• Desenvolvimento de acções de fomento do associativismo empresarial</li> <li>• Apoio à instalação de projectos e iniciativas de investigação e desenvolvimento (I&amp;D) nos sectores tradicionais do concelho</li> <li>• Promoção da realização de estudos sectoriais, nomeadamente de necessidades agrícolas</li> <li>• Promoção de estudos de necessidades de formação profissional por sectores de actividades</li> <li>• Realização de seminários e jornadas</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, projecto de execução, investimento/obra
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, UNIVA – unidade de inserção na vida activa, associações empresariais sectoriais, estabelecimentos de ensino superior.
<b>Prazo de execução:</b>	Acções imateriais - curto e médio
<b>Custos:</b>	Médios

<b>Principais fragilidades:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilização dos investidores privados para a necessidade de aposta no planeamento e formação, bem como na identificação das suas reais necessidades</li> <li>• Mobilização dos necessários fundos para a realização das diversas componentes da acção</li> </ul>
<b>Principais pontos fortes:</b>	Oferta de um apoio efectivo aos investidores locais existentes e potenciais, capaz de contribuir para o fortalecimento da economia local
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PIB<sub>pc</sub> Municipal</li> <li>• VAB<sub>pc</sub> Municipal</li> <li>• Produções Agrícolas (em área, tonelagem e valor): vinho, azeite, outras</li> <li>• N.º de estabelecimentos comerciais</li> <li>• N.º de acções e formandos de formação profissional</li> <li>• N.º de “horas x formandos” de formação profissional</li> <li>• N.º de feiras e exposições levadas a cabo no concelho e/ou participadas por empresas de Redondo</li> </ul>
<b>Ações relevantes:</b>	<p>AR 1.1.1 - Campanha de estímulo ao consumo de vendas no comércio tradicional</p> <p>AR 1.1.2 - Protocolo de cooperação com entidades de I&amp;D</p> <p>AR 1.1.3 - Campanha de sensibilização para a modernização da agricultura tradicional</p> <p>AR 1.1.4 – Definição de um plano de dinamização do Pavilhão de Exposições</p>

## EIXO 1 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO

### OBJECTIVO – IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO

#### AP 1.2 – GABINETE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO CULTURAL

<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de um espaço onde sejam centralizadas todas as actividades viradas para a promoção da identidade cultural de Redondo
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização do projecto de recuperação do centro histórico</li> <li>• Continuação da inventariação do património histórico local</li> <li>• Fomento da realização de cursos de formação profissional na área das ciências do património</li> <li>• Elaboração de um plano de optimização dos equipamentos culturais e desportivos</li> <li>• Levantamento do estado dos equipamentos socioculturais e definição de uma estratégia de animação de uma rede de equipamentos concelhios</li> <li>• Apoio e fomento do associativismo cultural</li> <li>• Fomento da expressão cultural e disponibilização de espaços para a expressão cultural dos jovens</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, plano, investimento/obra

<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, colectividades e associações locais, artesãos e suas representações
<b>Prazo de execução:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos e outras acções imateriais – curto</li> <li>• Investimento /obra – médio</li> </ul>
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos e outras acções imateriais – baixos</li> <li>• Investimento/obra – elevados</li> </ul>
<b>Principais fragilidades:</b>	Articulação do trabalho e interesse das diversas entidades do concelho
<b>Principais pontos fortes:</b>	Gestão conjunta de iniciativas e articulação da actividade de diversas colectividades permitem alcançar economias de escala
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de acções culturais levadas a cabo no concelho</li> <li>• N.º de espectadores/participantes nas acções culturais</li> <li>• Verbas concedidas pela Câmara Municipal para eventos culturais</li> <li>• N.º de eventos desportivos realizados no concelho</li> <li>• N.º de participantes em eventos desportivos</li> <li>• N.º de modalidades desportivas em actividade</li> </ul>
<b>Ações relevantes:</b>	<p>AR 1.2.1 - Campanhas de sensibilização para a protecção do património histórico</p> <p>AR 1.2.2 - Realização dos “Encontros do Património”</p> <p>AR 1.2.3 - Implementação dos “Recantos de Identidade e Património”</p> <p>AR 1.2.4 - Animação socioeducativa, cultural, recreativa e desportiva</p>

<b>EIXO 1 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO</b>	
<b>OBJECTIVO – IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONHECIMENTO</b>	
<b>AP 1.3 - GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Melhoria da plataforma de comunicação entre a Câmara e os cidadãos, reforçando a participação informada e responsável da sociedade civil
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de atendimentos periódicos nas freguesias</li> <li>• Apoio e encaminhamento, na sede de concelho e junto das comunidades rurais do concelho, sobre direitos e deveres, legislação e encaminhamento jurídico</li> <li>• Informação sobre serviços públicos particulares: valências e competências, serviços e recursos disponíveis</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Projecto de execução
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, Centro de Arbitragem do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados e associações de defesa do consumidor, entre outras
<b>Prazo de execução:</b>	Curto

<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Criação difícil de hábitos junto da população na procura de informação
<b>Principais pontos fortes:</b>	Melhoria do contacto com diversos serviços públicos e do acesso à informação
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de pessoas atendidas</li> <li>• N.º de reuniões descentralizadas</li> <li>• N.º de informações transmitidas</li> <li>• N.º de casos resolvidos</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas



## 5.2 EIXO 2 – Promoção do Concelho de Redondo

Este segundo eixo nasce de duas realidades relativas ao Concelho de Redondo que é preciso ter em conta. Primeiro, o facto de ser um concelho periférico em relação às principais redes viárias e aos centros urbanos mais desenvolvidos, nomeadamente as sedes dos concelhos vizinhos (Évora, Estremoz, Reguengos), e, por outro, o seu rico património natural e cultural. Esta realidade levou a formular a seguinte pergunta - **como era possível promover uma marca/imagem Redondo, dentro de uma marca Alentejo?** Assim, surgiu a ideia de promover o desenvolvimento sustentável do concelho assentando na sua **identidade própria**, promovendo uma **imagem Redondo** forte e aplicável a todo o **produto Redondo** que se distinga pela sua genuinidade, e integrável numa imagem Alentejo já com forte afirmação a nível nacional e internacional.

<b>EIXO 2 – PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>OBJECTIVO – MARCA REDONDO - ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>AP 2.1 – CONCEPÇÃO DA IMAGEM/MARCA REDONDO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de uma imagem/marca Redondo aplicável a todos os produtos e serviços do concelho, que promova a sua identidade e singularidade a nível nacional e internacional integrando-se, ao mesmo tempo, num produto mais amplo como a marca Alentejo
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concepção e criação da imagem/ marca</li> <li>• Definição de um regulamento de utilização da marca</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, projecto de execução
<b>Parceiros:</b>	Município, empresários e investidores locais, Região de Turismo de Évora
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Médio
<b>Principais fragilidades:</b>	Definição de uma imagem que se adequa a todos os produtos do concelho e gestão da utilização da mesma
<b>Principais pontos fortes:</b>	Promoção da singularidade do concelho na marca Alentejo, beneficiando de todas as economias de escala daí resultantes
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	N.º de produtos abrangidos pela marca
<b>Ações relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 2 – PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>OBJECTIVO – MARCA REDONDO - ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>AP 2.2 – CONCEPÇÃO DE UMA CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO CONCELHO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Definição de uma estratégia de <i>marketing</i> para os produtos e serviços Redondo
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concepção e criação de um <i>stand</i> expositivo para a promoção dos produtos Redondo em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais</li> <li>• Realização de “embaixadas” comerciais de Redondo no estrangeiro</li> <li>• Realização de feiras promocionais do Concelho</li> <li>• Criação de brochuras turísticas</li> <li>• Publicação de uma revista de promoção dos produtos Redondo</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, projecto de execução, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município, empresários locais, Região de Turismo de Évora, ICEP
<b>Prazo de execução:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brochuras – curto</li> <li>• Acções promocionais – médio</li> </ul>
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edições e <i>stand</i> – médios</li> <li>• Acções promocionais - elevados</li> </ul>
<b>Principais fragilidades:</b>	Elevados custos e necessidade de criação de sinergias locais entre todos os parceiros
<b>Principais pontos fortes:</b>	Possibilidade de actuação ao nível da promoção do concelho de uma forma concertada com todos os actores-chave
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de acções relevantes</li> <li>• N.º de entidades envolvidas</li> <li>• Volume de vendas e/ou encomendas/acção promocional</li> <li>• N.º de turistas visitantes</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	<p>AR 2.2.1 - Implementação de uma campanha de valorização dos produtos locais</p> <p>AR 2.2.2 - Implementação de uma campanha de valorização da oferta enogastronómica concelhia</p>

<b>EIXO 2 – PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>OBJECTIVO – MARCA REDONDO - ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>AP 2.3 – REVITALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS VILAS E ALDEIAS DO CONCELHO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Articulação da dinamização turística já existente na sede de concelho com a necessidade de divulgação e potenciação do desenvolvimento turístico nas restantes localidades, através de estratégia concertada entre todos os operadores da restauração, turismo rural, hotelaria tradicional e colectividades locais, no sentido da partilha de informação e complementaridade
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização do projecto e área envolvente</li> <li>• Definição de uma estratégia de promoção de todas as localidades rurais como complementos turísticos à Barragem da Vigia</li> <li>• Definição de uma estratégia de promoção da enogastronomia local associada às diversas actividades ao ar livre</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Plano, investimento/obra, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, Região de Turismo de Évora, estabelecimentos hoteleiros, restauração e promotores turísticos
<b>Prazo de execução:</b>	Curto e médio
<b>Custos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acções imateriais – reduzidos</li> <li>• Investimento - médios</li> </ul>
<b>Principais fragilidades:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apatia e descrédito existente quanto ao interesse e capacidade de complementaridade das localidades rurais da oferta turística do concelho.</li> <li>• Baixa relação benefício/custo aparente dos investimentos nas localidades rurais</li> </ul>
<b>Principais pontos fortes:</b>	Potenciação do desenvolvimento de microactividades económicas locais associadas ao turismo como forma de incentivar a criação de postos de trabalho
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de turistas visitantes</li> <li>• N.º de turistas visitantes das aldeias</li> <li>• Quilómetros de percursos pedonais criados</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	AR 2.3.1 - Criação de uma rede de circuitos pedonais de interpretação da natureza para todas as localidades do Concelho

<b>EIXO 2 – PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>OBJECTIVO – MARCA REDONDO - ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>AP 2.4 – REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS ACTIVIDADES ARTESANAIS DO CONCELHO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Dinamização das diversas formas de expressão artesanal do concelho como produto complementar ao turismo
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização de acções de sensibilização dos artesãos para a participação em feiras</li> <li>• Definição de uma estratégia de revitalização, promoção e “certificação” da genuinidade da Olaria de Redondo</li> <li>• Revitalização e promoção do mobiliário alentejano e demais expressões artesanais do concelho</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, plano, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município, artesãos e suas associações
<b>Prazo de execução:</b>	Médio
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Individualismo existente no sector
<b>Principais pontos fortes:</b>	Actuação de forma concertada, podendo alcançar economias de escala
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume de negócios do artesanato local</li> <li>• N.º de estabelecimentos/unidades produtivas</li> <li>• N.º de artesãos/acção promocional</li> <li>• N.º trabalhadores/unidade produtiva</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	AR 2.4.1 – Dinamização do espaço do Convento de Santo António

<b>EIXO 2 – PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>OBJECTIVO – MARCA REDONDO - ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROMOÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO</b>	
<b>AP 2.5 – PROMOÇÃO DE UM EVENTO CULTURAL ANUAL DE DIMENSÃO NACIONAL</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de um evento cultural anual que possa ser uma montra das diversas expressões culturais do concelho
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da identidade cultural local</li> <li>• Realização de colóquios temáticos sobre as expressões culturais locais</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Projecto de execução, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, colectividades locais, Ministério da Cultura
<b>Prazo de execução:</b>	Médio
<b>Custos:</b>	Elevados
<b>Principais fragilidades:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolha de um evento a promover que seja, por um lado, o reflexo da identidade cultural do concelho e, por outro, uma aposta na inovação e no futuro</li> <li>• Custos elevados</li> </ul>
<b>Principais pontos fortes:</b>	Projeção do nome e marca de Redondo
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	N.º de espectadores/iniciativa/ ano
<b>Ações relevantes:</b>	AR 2.5.1 – Definição de um plano anual de actividades para o Centro Cultural - Casa das Artes e Casa de Espectáculos.

### 5.3 EIXO 3 – “Redondo: concelho azul e verde”

Este eixo assenta num dos pilares principais do desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento ambiental. Com efeito, um ambiente saudável constitui um pré-requisito onde assentam todos os outros sistemas. Assim, este terceiro objectivo contempla acções que visam actuar ao nível do ordenamento do território, preservação do ambiente, educação ambiental e adopção de hábitos ambientalmente correctos, quer do cidadão, quer do autarca, contemplando projectos concretos, bem como a criação de instrumentos de planeamento, gestão, regulamentação e monitorização ambiental.

<b>EIXO 3 – “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>OBJECTIVO – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>AP 3.1 – PLANEAMENTO DO TRÂNSITO, DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PEDONAIS EM REDONDO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Redefinição do trânsito urbano na vila, potenciando a fruição dos espaços ao ar livre sem, contudo, prejudicar as actividades económicas
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reestruturação da circulação rodoviária urbana</li> <li>• Estabelecimento de horários e acessos a cargas e descargas</li> <li>• Aumento da capacidade de estacionamento e criação de zonas pedonais</li> <li>• Melhoria das pavimentações e arranjos paisagísticos</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Plano, investimento/obra
<b>Parceiros:</b>	Município, comerciantes, IEP - Instituto de Estradas de Portugal
<b>Prazo de execução:</b>	Médio
<b>Custos:</b>	Elevados
<b>Principais fragilidades:</b>	Custos e potenciais impactes negativos ao nível do comércio através da possível restrição à circulação de viaturas
<b>Principais pontos fortes:</b>	Reordenamento viário e urbano da vila, potenciador da revitalização do comércio tradicional
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de viaturas que passam nas principais vias do centro de Redondo</li> <li>• N.º de lugares de estacionamento para viaturas</li> <li>• N.º de metros de corredores pedonais</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	AR 3.1.1 - URBCOM Redondo AR 3.1.2 – GTL - Projecto de revitalização do Centro Histórico

<b>EIXO 3 – “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>OBJECTIVO – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>AP 3.2 - CRIAÇÃO DA “COMISSÃO VERDE”</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de uma estrutura municipal responsável pela gestão e acompanhamento de diversas actividades de promoção e defesa do ambiente
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do Regulamento Municipal de Ambiente, criação de fiscalização ambiental e implementação de monitorização ambiental</li> <li>• Desenvolvimento do Programa Municipal de Educação Ambiental: promoção da educação ambiental e apoio a estilos de vida ambientalmente sustentáveis</li> <li>• Elaboração de estudo de avaliação dos resíduos sólidos urbanos</li> <li>• Realização de estudos do impacte ambiental</li> <li>• Sensibilização dos estabelecimentos comerciais e turísticos para a recolha selectiva de lixos</li> <li>• Promoção e comercialização de produtos reciclados nos estabelecimentos comerciais e turísticos</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, plano, projecto de execução
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias
<b>Prazo de execução:</b>	Curto e médio
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Necessidade de forte empenhamento de todos os serviços autárquicos para a implementação das acções
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colocação da autarquia em posição de conhecer permanentemente o “estado” ambiental do Concelho.</li> <li>• A existência desta comissão pode funcionar como efeito dissuasor de potenciais infractores</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume/peso da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos (RSU)</li> <li>• N.º de acções de fiscalização ambiental</li> <li>• Valor de coimas e n.º de autos</li> <li>• N.º de acções de sensibilização ambiental</li> <li>• N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização ambiental (adultos e crianças)</li> <li>• N.º de ecopontos domésticos distribuídos</li> </ul>
<b>Ações relevantes:</b>	<p>AR 3.2.1 – Campanha “ECOCIDADÃO”</p> <p>AR 3.2.2 – Candidatura ao “CONCELHO AZUL” ou outras iniciativas idênticas</p> <p>AR 3.2.3 – Estudo para implementação de uma central interconcelhia de reciclagem de resíduos da construção civil</p>

<b>EIXO 3 – “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>OBJECTIVO – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>AP 3.3 - DIVERSIFICAÇÃO DO QUADRO ENERGÉTICO DO CONCELHO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Estudo de formas alternativas de fontes de energia, sobretudo ao nível do consumo público, permitindo um duplo efeito de redução de custos e de protecção do ambiente
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de aproveitamento de diversas fontes de energia alternativas locais - estabelecimento de soluções locais para problemas locais</li> <li>• Promoção da utilização de painéis de captação de energia solar em edifícios colectivos</li> <li>• Dotação nos novos loteamentos da possibilidade de aproveitamento de energias alternativas</li> <li>• Estimulo a indústria das energias renováveis</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, investimento/obra
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, Instituições de I&D, ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo
<b>Prazo de execução:</b>	Estudos – curto Investimento/Obra – médio e longo
<b>Custos:</b>	Estudos – reduzidos Investimento/Obra - elevados
<b>Principais fragilidades:</b>	Custo elevado da reestruturação do quadro energético dos edifícios públicos
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade de redução de custos</li> <li>• Utilização como exemplo demonstrativo</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de energia alternativa produzida no concelho relativamente ao consumo total na mesma área de exploração</li> <li>• Consumo de energia do município</li> </ul>
<b>Ações relevantes:</b>	AR 3.3.1 – Auditoria energética aos serviços públicos e municipais

<b>EIXO 3 – “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>OBJECTIVO – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>AP 3.4 – PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Definição de um conjunto de actividades que permita valorizar e recuperar os recursos naturais do concelho
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento e estudo de espécies autóctones do concelho (fauna e flora)</li> <li>• Estudo e desenvolvimento de um sistema de gestão conjunta dos principais locais de interesse ambiental</li> <li>• Promoção de acções de limpeza das margens das linhas de água</li> <li>• Criação de sistemas de vigilância inibidoras do despejo de entulhos nas proximidades das linhas de água</li> <li>• Desenvolvimento de acções que visem a gestão integrada dos recursos hídricos do concelho</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, projecto de execução, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, associações ambientalistas e colectividades locais, população em geral
<b>Prazo de execução:</b>	Médio
<b>Custos:</b>	Médios
<b>Principais fragilidades:</b>	Sensibilização da população para a assunção de uma atitude ambientalmente correcta e protectora do ambiente
<b>Principais pontos fortes:</b>	Preservação de uma das maiores riquezas do concelho, o seu património natural
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de espécies autóctones</li> <li>• N.º de locais de interesse ambiental</li> <li>• N.º de metros de linhas de água limpas</li> <li>• Análises à água para consumo humano</li> <li>• Análises ao ar nos principais centros urbanos</li> <li>• N.º de parceiros a assinar o “contrato de gestão” dos recursos hídricos</li> </ul>
<b>Ações relevantes:</b>	AR 3.4.1 – Implementação de um “contrato de gestão” dos recursos hídricos do concelho

<b>EIXO 3 – “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>OBJECTIVO – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO “REDONDO: CONCELHO AZUL E VERDE”</b>	
<b>AP 3.5 - PLANO DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	A boa governação para a sustentabilidade implica o conhecimento sistemático da evolução da situação global e a sua quantificação segundo determinados parâmetros constituindo um painel de indicadores de sustentabilidade
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	Adopção de um sistema de indicadores de sustentabilidade para o Concelho de Redondo
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, plano
<b>Parceiros:</b>	Município, em estreita articulação com os principais actores locais, num processo participativo, e AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Médios
<b>Principais fragilidades:</b>	Disponibilidade de informação em séries temporais para carregamento dos indicadores
<b>Principais pontos fortes:</b>	Possibilidade de monitorização do desenvolvimento e aferição dos níveis de aproximação ou afastamento dos níveis de sustentabilidade desejáveis
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	N.º de indicadores ambientais tratados
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

## 5.4 EIXO 4 – Desenvolvimento social e bem-estar

Este quarto eixo assenta num segundo pilar fundamental da sustentabilidade, o do desenvolvimento social e da qualidade de vida da população. Este eixo sustenta acções que visam melhorar a qualidade de vida das populações residentes, bem como criar condições para atrair nova população, através de melhorias ao nível da habitação, transportes públicos, saúde e aprofundamento dos laços de solidariedade e de comunidade, nomeadamente através do apoio ao associativismo.

EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM_ESTAR	
OBJECTIVO – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO	
AP 4.1 – DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO	
<b>Objectivo da acção:</b>	Obtenção de um conhecimento aprofundado de todos os equipamentos existentes, problemas e trabalho dos agentes, permitindo desta forma rentabilizar esforços e maximizar acções
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	Realização do diagnóstico social do Concelho, no âmbito da Rede Social
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo
<b>Parceiros:</b>	Todos os agentes que trabalham directa ou indirectamente na área social
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Deficiente colaboração de todos os agentes e exactidão dos dados disponíveis
<b>Principais pontos fortes:</b>	Fundamentação e articulação de todos os projectos e acções na área social
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	Não aplicável
<b>Acções relevantes:</b>	AR 4.1.1 – Implementação do Programa Rede Social AR 4.1.2 – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Redondo

<b>EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO</b>	
<b>AP 4.2 - DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS INTER-GERACIONAIS</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Dinamização de iniciativas que permitam reduzir o crescente fosso existente entre os mais velhos e os mais novos
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de centros comunitários de tempos livres dos 8 aos 80 anos</li> <li>• Estudo de viabilidade e criação de uma quinta pedagógica</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Plano, projecto de execução, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e diversas colectividades locais
<b>Prazo de execução:</b>	Médio
<b>Custos:</b>	Médios a elevados, variando com a natureza das acções (materiais ou imateriais) e a possibilidade de atracção de financiamentos
<b>Principais fragilidades:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alguma inércia existente no seio das instituições que trabalham com os mais idosos</li> <li>• Desarticulação no trabalho e acções dos agentes ligados à 3.ª idade e dos que trabalham com crianças</li> </ul>
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de hábitos de pensar e de trabalhar em conjunto entre as diferentes instituições</li> <li>• Valorização do saber dos mais velhos, recuperação de tradições e identidades</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de acções intergeracionais</li> <li>• N.º de participantes</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO</b>	
<b>AP 4.3 – REFORÇO DA REDE DE APOIO AO CIDADÃO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Reforço e complemento do trabalho efectuado pelas diversas instituições de solidariedade social do concelho, numa lógica de complementaridade e de economias de escala
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complemento e reforço da rede de apoio domiciliário existente no concelho (alimentação, higiene, serviços de compras)</li> <li>• Complemento da rede de transporte concelhia, sobretudo ao nível do acesso ao Centro de Saúde</li> </ul>

<b>Tipo de acção:</b>	Projecto de execução, investimento/obra
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha, Obra São José Operário, Santa Casa da Misericórdia e outras instituições
<b>Prazo de execução:</b>	Médio
<b>Custos:</b>	Elevados
<b>Principais fragilidades:</b>	Financiamento e sustentabilidade das acções a médio e longo prazo
<b>Principais pontos fortes:</b>	Cobertura de todo o concelho com apoio domiciliário, conseguindo, de alguma forma, atrasar a opção de colocação dos idosos em lares
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de visitas domiciliarias (por objectivo)</li> <li>• N.º de passageiros transportados</li> <li>• Idade média dos idosos nos lares</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO</b>	
<b>AP 4.4 – CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO AOS IMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de uma estrutura que permita enquadrar e acompanhar a crescente população imigrante, desenvolvendo acções que tirem partido e valorizem os seus conhecimentos e contributos para o desenvolvimento do concelho
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de projectos de acolhimento/integração dos imigrantes em meio rural</li> <li>• Instalação de um espaço permanente e aberto de informação/apoio/orientação e encaminhamento jurídico, social e laboral</li> <li>• Desenvolvimento de acções de formação, informação e sensibilização às comunidades locais e aos imigrantes</li> <li>• Promoção de projectos de aproximação multicultural</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Projecto de execução, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, Centro de Apoio ao Imigrante de Évora, Centro Distrital de Segurança Social, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Falta de hábitos de procura de informação junto dos emigrantes

<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio e articulação de acções dispersas</li> <li>• Melhor conhecimento das novas comunidades</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de imigrantes a residir no concelho</li> <li>• N.º de imigrantes apoiados/N.º total de imigrantes</li> <li>• N.º de acções de formação destinadas a imigrantes</li> <li>• N.º de participantes nas acções de formação</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO</b>	
<b>AP 4.5 – REFORÇO DO ASSOCIATIVISMO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Dinamização de actividades que permitam fomentar o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo como factor determinante para a resolução de problemas locais
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de apoio às diversas formas de associativismo colectivo existente no concelho</li> <li>• Fomento do desenvolvimento de parcerias activas entre associações</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Projecto de execução, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e freguesias, todas as entidades associativas e colectividades do concelho
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos, variando consoante a natureza da acção
<b>Principais fragilidades:</b>	Desarticulação entre as diferentes sensibilidades e vontades das diversas associações e colectividades
<b>Principais pontos fortes:</b>	Fortalecimento e promoção do rejuvenescimento do movimento associativo
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de associações</li> <li>• N.º de parcerias entre associações</li> <li>• Valor do apoio camarário às associações do concelho</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

## 5.5 EIXO 5 – Melhoria das condições de vida da população

A Agenda 21 Local de Redondo considerou sempre que o eixo das infra-estruturas concelhias, por serem transversais a todos os pilares do desenvolvimento, deveria ter um tratamento integrado. Assim, este eixo tratará de planear e estudar projectos estruturantes capazes de criar as condições necessárias ao desenvolvimento económico, projectando as infra-estruturas necessárias para a instalação de empresas, planeamento e ulterior execução de projectos ao nível dos transportes, acessibilidades e habitação, bem como planear a implementação de infra-estruturas básicas de saúde.

<b>EIXO 5 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO</b>	
<b>AP 5.1 - INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de condições e instrumentos fundamentais para a atracção de financiamentos, empresas e projectos potenciadores de criação de postos de trabalho
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de gestão das zonas industriais existentes</li> <li>• Realização de estudos para a localização de novos pólos industriais</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, plano
<b>Parceiros:</b>	Município
<b>Prazo de execução:</b>	Médio
<b>Custos:</b>	Médios
<b>Principais fragilidades:</b>	Revisão do PDM, REN e RAN
<b>Principais pontos fortes:</b>	Criação de condições no concelho para atracção de investimentos e criação de emprego fundamental para a fixação da população
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	N.º de potenciais lotes a criar
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 5 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO</b>	
<b>AP 5.2 – ACESSIBILIDADES, HABITAÇÃO E TRANSPORTE</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Criação de condições, através de estudos, planeamento e ulterior execução de projectos ao nível das infra-estruturas básicas, para a fixação de população e empresas, ao nível dos transportes, acessibilidades e habitação
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<p><b>Acessibilidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da ligação a Estremoz</li> <li>• Acompanhamento e reforço do plano de sinalização do concelho</li> </ul> <p><b>Habitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação e conservação do parque habitacional e habitação social</li> <li>• Gestão e implementação do projecto de requalificação da zona histórica de Redondo</li> </ul> <p><b>Transportes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da rede de transportes públicos na ligação à sede de concelho</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, plano, investimento/obra
<b>Parceiros:</b>	Município, empresas de transporte colectivo, cooperativas de habitação, Instituto de Estradas de Portugal
<b>Prazo de execução:</b>	Acções imateriais – médio Acções materiais – longo
<b>Custos:</b>	Acções imateriais – reduzidos Acções materiais – elevados
<b>Principais fragilidades:</b>	Difícil mobilização de vontades e financiamentos necessários
<b>Principais pontos fortes:</b>	Contribuição para a fixação da população
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de fogos de habitação social</li> <li>• N.º de fogos recuperados no Centro Histórico de Redondo</li> <li>• N.º de licenças de construção concedidas</li> <li>• N.º de pessoas transportadas de e para a sede de concelho</li> <li>• N.º de habitantes servidos por transportes públicos</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 5 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO</b>	
<b>AP 5.3 – PROMOÇÃO DA SAÚDE</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Desenvolvimento de acções capazes de contribuir para a melhoria do bem-estar da população ao nível da saúde e dos cuidados básicos, bem como da implementação de infra-estruturas básicas
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de diversas acções de informação e sensibilização para os cuidados primários de saúde</li> <li>• Dinamização da programação e construção de equipamentos de saúde em falta, nomeadamente um novo Centro de Saúde</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Estudo, plano, actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município, entidades da administração central no sector da saúde, instituições privadas de segurança social
<b>Prazo de execução:</b>	Acções imateriais – curto e médio Acções materiais – longo
<b>Custos:</b>	Acções imateriais – reduzidos Acções materiais – elevados
<b>Principais fragilidades:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Difícil enquadramento das expectativas locais nas prioridades, políticas e quadro legislativo nacionais</li> <li>• Difícil articulação da intervenção de vários actores e mobilização de investimentos</li> </ul>
<b>Principais pontos fortes:</b>	Intervenção numa área deficitária que corresponde a necessidades básicas da população
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de acções de sensibilização de cuidados primários de saúde</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• % doentes do Centro de Saúde que são obrigados a deslocação a Évora (para exames e/ou tratamentos)</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	AR 5.3.1 – Programação e construção de equipamentos de saúde em falta, nomeadamente um novo Centro de Saúde AR 5.3.2 – Acções de informação e sensibilização para os cuidados primários de saúde (e.g. guias, brochuras, campanhas)

## 5.6 EIXO 6 – Cidadania e participação

A administração pública desempenha um papel decisivo na gestão e no governo do território. Contudo, por vezes tem-se revelado incapaz de responder aos desafios do desenvolvimento sustentável e do ordenamento do território, os quais só poderão ser vencidos com a adopção dos princípios da boa governação, isto é, uma governação mais fundamentada numa perspectiva de definição consensual de estratégias participadas e negociadas horizontalmente, e menos em decisões unilaterais e atitudes verticais (de cima para baixo).

A Agenda 21 não tem data prevista para conclusão, pois, como já foi referido, é um processo pelo qual a sociedade vai realizando, passo a passo, as suas metas. Por ser um planeamento a longo prazo, com várias etapas, a sua elaboração e implementação passam por revisões. Dessa forma, o que importa não é seu início ou fim, mas que a Agenda 21 se estabeleça como processo participativo e contínuo. Foi com este princípio em mente que nasceu este último eixo, que visa dar continuidade às estruturas e órgãos criados e, desta forma, dar sequência à metodologia participativa.

### Princípios que constam do Livro Branco European Governance

- Princípio da responsabilização: clareza e responsabilidade na acção das instituições;
- Princípio da transparência: comunicação activa e linguagem acessível;
- Princípio da coerência: entre as políticas sectoriais e territoriais;
- Princípio da eficácia: acção em resposta às necessidades, sujeitas a avaliação e adequada a cada nível territorial.

EIXO 6 - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO	
OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO	
AP 6.1 - ASSEMBLEIA 21 – FÓRUM CÍVICO CONCELHIO	
<b>Objectivo da acção:</b>	Continuação do processo da Agenda 21 Local Redondo
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um fórum cívico de discussão de problemas concelhios</li> <li>• Acompanhamento da implementação da <b>A21LR</b></li> <li>• Avaliação, discussão e validação de novas propostas</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e toda a população do concelho
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Difícil manutenção e aumento dos níveis de interesse e participação da população
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Credibilização do processo da <b>A21LR</b></li> <li>• Fomento de hábitos de gestão participativa</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões do Fórum</li> <li>• N.º de participantes</li> </ul>

<b>EIXO 6 - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>AP 6.1 - ASSEMBLEIA 21 – FÓRUM CÍVICO CONCELHIO</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de propostas por tipo de proponente (Câmara, associações, empresas, cidadãos)</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 6 - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>AP 6.2 – COMISSÃO DE COMÉRCIO, TURISMO, INDÚSTRIA E ARTESANATO</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Corporização e continuação do trabalho desenvolvido pela CTD ao nível da monitorização das acções em curso e das revisões necessárias ou novos projectos a integrar
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das acções propostas na <b>A21LR</b></li> <li>Apresentação e discussão de novas propostas</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e toda a população do concelho
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Difícil manutenção e aumento dos níveis de interesse e participação da população
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Credibilização da <b>A21LR</b></li> <li>Prossecução de um processo de desenvolvimento participativo com toda a população</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de sessões da comissão</li> <li>N.º de participantes</li> <li>N.º de propostas por tipo de proponente (Câmara, associações, empresas, cidadãos)</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 6 - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>AP 6.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SOCIOCULTURA, COLECTIVIDADES, SAÚDE, DESPORTO, 3.ª IDADE E JOVENS</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Corporização e prossecução do trabalho desenvolvido pela CTD ao nível da monitorização das acções em curso e das revisões necessárias ou novos projectos a integrar
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das acções propostas na <b>A21LR</b></li> <li>• Criação de um conselho municipal de desporto e cultura</li> <li>• Criação de uma comissão municipal de cultura</li> <li>• Criação de uma comissão nacional de juventude</li> <li>• Apresentação e discussão de novas propostas</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Município e toda a população do concelho
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Manutenção e aumento dos níveis de interesse e participação da população
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Credibilização da <b>A21LR</b></li> <li>• Prossecução de um processo de desenvolvimento participativo com toda a população</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões da comissão</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente (Câmara, associações, empresas, cidadãos)</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	AR 6.3.1 - Criação de um conselho municipal de desporto e cultura AR 6.3.2 - Criação de uma comissão municipal de juventude

<b>EIXO 6 - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>AP 6.4 – COMISSÃO DE AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Corporização e continuação do trabalho desenvolvido pela CTD ao nível da monitorização das acções em curso e das revisões necessárias ou novos projectos a integrar
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das acções propostas na <b>A21LR</b></li> <li>• Apresentação e discussão de novas propostas</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Actividade organizativa
<b>Parceiros:</b>	Câmara Municipal e toda a população do concelho
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Manutenção e aumento dos níveis de interesse e participação da população
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Credibilização da <b>A21LR</b></li> <li>• Prossecução de um processo de desenvolvimento participativo com toda a população</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões da comissão</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente (Câmara, associações, empresas, cidadãos)</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas

<b>EIXO 6 – CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>AP 6.5 – COMISSÃO ESTRATÉGICA 21</b>	
<b>Objectivo da acção:</b>	Corporização e continuação do trabalho desenvolvido pela CE21 ao nível da monitorização das acções em curso e das revisões necessárias ou novos projectos a integrar
<b>Actividades e tarefas a desenvolver:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das acções propostas na <b>A21LR</b></li> <li>• Apresentação e discussão de novas propostas</li> </ul>
<b>Tipo de acção:</b>	Actividade organizativa

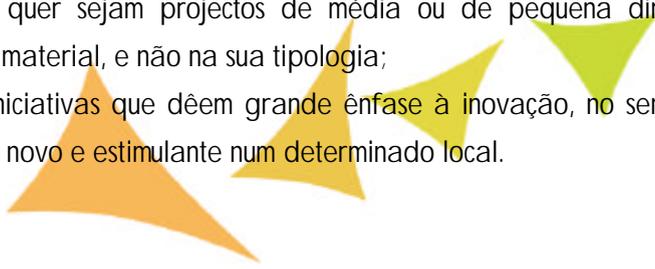
<b>EIXO 6 – CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>OBJECTIVO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO</b>	
<b>AP 6.5 – COMISSÃO ESTRATÉGICA 21</b>	
<b>Parceiros:</b>	Câmara Municipal e toda a população do concelho
<b>Prazo de execução:</b>	Curto
<b>Custos:</b>	Reduzidos
<b>Principais fragilidades:</b>	Manutenção e aumento dos níveis de interesse e participação da população
<b>Principais pontos fortes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Credibilização da <b>A21LR</b></li> <li>• Prossecução de um processo de desenvolvimento participativo com toda a população</li> </ul>
<b>Indicador(es) de acompanhamento:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões da comissão</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente (Câmara, associações, empresas, cidadãos)</li> </ul>
<b>Acções relevantes:</b>	Não definidas



---

## 5.7 Considerações finais

Na definição, implementação e gestão das acções acima apresentadas devem ser preconizadas abordagens que permitam uma articulação, com flexibilidade de abrangência, a várias escalas. Neste contexto, destacam-se, como aspectos importantes, os seguintes:

- ✿ **territorialidade:** iniciativas de desenvolvimento que, ao contrário de outras de cariz sectorial, tenham como base o território, assentando o processo de (re)estruturação social, económica e ambiental na identificação das potencialidades e fragilidades do mesmo e adaptando as políticas de desenvolvimento a essas características;
  - ✿ **planeamento ascendente (*bottom-up*):** a estratégia e a política de desenvolvimento deverão definir-se dentro do próprio território, permitindo uma maior adequação às necessidades locais, mas com dinamização de animação e cooperação interterritoriais;
  - ✿ **parceria:** o contacto de pontos de vista e olhares diferenciados sobre uma mesma realidade por parte dos vários interesses instalados num território permite soluções de consenso e possibilita novos hábitos de trabalho com resultados sobre outras áreas;
  - ✿ **versatilidade/adaptabilidade:** o enfoque deverá estar colocado nos efeitos positivos sobre o território, quer sejam projectos de média ou de pequena dimensão, quer de cariz material ou imaterial, e não na sua tipologia;
  - ✿ **inovação:** iniciativas que dêem grande ênfase à inovação, no sentido do que pode ser considerado novo e estimulante num determinado local.
- 

## 6. Indicadores de sustentabilidade

Uma ferramenta básica para a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável consiste no estabelecimento de objectivos e indicadores que possam dar “a medida” de quanto se progride em direcção aos objectivos estabelecidos.

Com efeito, o estabelecimento de metas a atingir é importante para que se possa avaliar o desempenho da **A21LR** em matéria de sustentabilidade. Uma vez estas estabelecidas, poderá então, em qualquer altura, avaliar-se a distância que separa o concelho do fim em vista. A definição dessas metas cabe ao decisor político, sendo que, para um número considerável de indicadores, existem já metas estabelecidas ao abrigo da legislação nacional e comunitária, de convenções e protocolos internacionais que foram objecto de ratificação pelo Estado português. Na ausência de metas, a implementação de procedimentos como a avaliação ambiental, avaliação estratégica de planos, programas ou políticas sectoriais, conduzirá, decerto, na grande maioria dos casos, a resultados inconclusivos.

De acordo com a Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), estudo promovido pela Direcção Geral do Ambiente e publicado em 2000, relativamente ao conteúdo, amplitude e natureza do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável proposto, consideram-se fundamentalmente quatro categorias dos mesmos:

- ambientais;
- económicos;
- sociais;
- institucionais.

Por outro lado a OCDE (1993) classifica os indicadores ambientais através do modelo Pressão-Estado-Resposta (PER), assentando em três grupos-chave de indicadores:

- **pressão** – caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacte ambiental;

### Indicadores de eficiência

- medem a forma como as propostas e o plano estão a ser implementados (ritmo de realização de acções propostas, verbas gastas e a sua calendarização, etc.)

### Indicadores de eficácia

- medem a evolução da realidade que o plano está a produzir, a distância a que estamos de determinados objectivos.

Prof. Doutor João Farinha  
(FCT/UNL)

- ✿ **estado** – reflectem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo; são por exemplo os indicadores de sensibilidade, risco e qualidade ambiental;
- ✿ **resposta** – avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou à implementação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de actividades de grupos sociais importantes.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são indispensáveis para fundamentar as tomadas de decisão aos mais diversos níveis e nas mais diversas áreas.

Por outras palavras, as actividades humanas produzem **pressões** (e.g. emissões de contaminantes) que podem afectar o **estado** do ambiente, o que leva a que a sociedade apresente **respostas** a esses problemas.

A utilização de indicadores tem vindo a ganhar um peso crescente nas metodologias utilizadas para resumir a informação de carácter técnico e científico na forma original ou "bruta", permitindo transmiti-la numa forma sintética, preservando o essencial dos dados originais e utilizando apenas as variáveis que melhor servem os objectivos, e não todas as que podem ser medidas ou analisadas. A informação é, assim, mais facilmente utilizável por decisores, gestores, políticos, grupos de interesse ou público em geral.

Contudo, a utilização de indicadores e índices nas mais diversas áreas sectoriais tem estado desde sempre rodeada de alguma **controvérsia** nos fóruns técnico-científicos, em face das simplificações que são efectuadas na aplicação destas metodologias. Na Tabela 2 apresenta-se uma síntese de algumas das principais vantagens e limitações da aplicação destes métodos.

**Tabela 2 – Vantagens e limitações da aplicação de indicadores e índices de desenvolvimento sustentável**

Vantagens	Limitações
<ul style="list-style-type: none"> <li>✿ Avaliação dos níveis de desenvolvimento sustentável;</li> <li>✿ Capacidade de sintetizar a informação de carácter técnico/científico;</li> <li>✿ Identificação das variáveis-chave do sistema;</li> <li>✿ Facilidade de transmitir a informação;</li> <li>✿ Bom instrumento de apoio à decisão e aos processos de gestão ambiental;</li> <li>✿ Sublinhar a existência de tendências;</li> <li>✿ Possibilidade de comparação com padrões e/ou metas pré--definidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✿ Inexistência de informação de base;</li> <li>✿ Dificuldades na definição de expressões matemáticas que melhor traduzam os parâmetros seleccionados;</li> <li>✿ Perda de informação nos processos de agregação dos dados;</li> <li>✿ Diferentes critérios na definição dos limites de variação do índice em relação às imposições estabelecidas;</li> <li>✿ Ausência de critérios robustos para selecção de alguns indicadores;</li> <li>✿ Dificuldades na aplicação em determinadas áreas como o ordenamento do território e a paisagem.</li> </ul>

O processo de selecção dos indicadores deve seguir um conjunto de critérios objectivos, exequíveis e verificáveis que justifiquem a escolha efectuada. Os indicadores escolhidos devem reflectir o significado dos dados na forma original, satisfazendo, por um lado, a conveniência da escolha e, por outro, a precisão e relevância dos resultados. De seguida apresentam-se alguns dos critérios que podem presidir a tais processos de selecção:

- ✿ existência de dados de base;
- ✿ possibilidade de intercalibração;
- ✿ possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metapas existentes;
- ✿ facilidade e rapidez de determinação e interpretação;
- ✿ grau de importância e validação científica;
- ✿ sensibilidade do público-alvo;
- ✿ custo de implementação;
- ✿ possibilidade de ser rapidamente actualizado.

Todavia, a maioria dos indicadores não preenche todos os critérios desejáveis, pelo que deverá haver um compromisso de optimização entre os critérios possíveis de garantir e aqueles que são tidos como mais relevantes para cada caso.

Tomando em linha de conta estes pressupostos, relativos aos indicadores, bem como a necessidade de cada vez mais se assumir, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, uma visão estratégica e integrada que tenha em linha de conta não unicamente a dimensão local e regional, mas também uma visão nacional e europeia, definiram-se 4 níveis de indicadores que se propõe abordar na avaliação e monitorização da **A21LR**:

1. **indicadores de processo** – permitem monitorizar as acções previstas no plano de acção;
2. **indicadores de plano de acção** – permitem monitorizar o próprio plano no seu todo, de forma a garantir a avaliação do grau de realização global;
3. **indicadores de desenvolvimento sustentável da A21LR** – permitem medir o grau de “mudança”, isto é a “aproximação” ao desenvolvimento sustentável;
4. **indicadores europeus** – permitem fornecer informações objectivas e comparáveis relativas aos progressos do desenvolvimento sustentável em toda a Europa.

## 6.1 Indicadores de processo - Monitorização das acções previstas no plano

### A21LR

Sob estas linhas apresenta-se um quadro de resumo dos indicadores previstos em cada ficha de acção.

Acção	Designação	Medição	
		Periodicidade	Entidade
AP 1.1 – GABINETE DE PROMOÇÃO ECONÓMICA	• PIB <sub>pc</sub> Municipal	Anual	INE, BP
	• VAB <sub>pc</sub> Municipal	Anual	INE, BP
	• Produções Agrícolas (em área, tonelagem e valor): vinho, azeite, outras	Censos	INE
	• N.º de estabelecimentos comerciais	Anual	CMR
	• N.º de acções e formandos de formação profissional	Anual	CMR
	• N.º de “horas x formandos” de formação profissional	Anual	CMR
	• N.º de feiras e exposições levadas a cabo no concelho e/ou participadas por empresas de Redondo	Anual	CMR
AP 1.2 – GABINETE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO CULTURAL	• N.º de acções culturais levadas a cabo no concelho	Anual	CMR
	• N.º de espectadores/participantes nas acções culturais	Anual	CMR
	• Verbas concedidas pela Câmara Municipal para eventos culturais	Anual	CMR
	• N.º de eventos desportivos realizados no concelho • N.º de participantes em eventos desportivo	Anual	Assoc. Desportivas
	• N.º de modalidades desportivas em actividade	Anual	Assoc. Desportivas
AP 1.3 - GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE	• N.º de pessoas atendidas • N.º de reuniões descentralizadas • N.º de informações transmitidas • N.º de casos resolvidos	Anual	CMR
AP 2.1 - CONCEPÇÃO DA IMAGEM/MARCA REDONDO	• N.º de produtos abrangidos pela marca	Anual	CMR

Acção	Designação	Medição	
		Periodicidade	Entidade
<b>AP 2.2 - CONCEPÇÃO DE UMA CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO CONCELHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de acções relevantes</li> <li>N.º de entidades envolvidas</li> <li>Volume de vendas e/ou encomendas/acção promocional</li> <li>N.º de turistas visitantes</li> </ul>	Anual	CMR
<b>AP 2.3 - REVITALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS VILAS E ALDEIAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de turistas visitantes</li> <li>N.º de turistas visitantes das aldeias</li> <li>km de percursos pedonais criados</li> </ul>	Anual Censos	Região Turismo INE
<b>AP 2.4 - REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS ACTIVIDADES ARTESANAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Volume de negócios do artesanato local</li> <li>N.º de estabelecimentos / unidades produtivas</li> <li>N.º de artesãos/acção promocional</li> <li>N.º trabalhadores/unidade produtiva</li> </ul>	Anual	CMR
<b>AP 2.5 - PROMOÇÃO DE UM EVENTO CULTURAL ANUAL, DE DIMENSÃO NACIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de espectadores/iniciativa/ano</li> </ul>	Anual	CMR
<b>AP 3.1 – PLANEAMENTO DO TRÂNSITO, DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PEDONAIS EM REDONDO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de viaturas que passam nas principais vias do centro da Vila de Redondo</li> <li>N.º de lugares de estacionamento para viaturas</li> <li>N.º de metros de corredores pedonais</li> </ul>	Anual	CMR
<b>AP 3.2 - CRIAÇÃO DA “COMISSÃO VERDE”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Volume/peso da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos (RSU)</li> <li>N.º de acções de fiscalização ambiental</li> <li>Valor de coimas e n.º de autos</li> <li>N.º de acções de sensibilização ambiental</li> <li>N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização ambiental (adultos e crianças)</li> <li>N.º de ecopontos domésticos distribuídos</li> </ul>	Anual	GESAMB CMR
<b>AP 3.3 - DIVERSIFICAÇÃO DO QUADRO ENERGÉTICO DO CONCELHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>% energia alternativa produzida no concelho relativamente ao consumo total na mesma área de exploração</li> <li>Consumo de energia do município</li> </ul>	Anual	a definir

Acção	Designação	Medição	
		Periodicidade	Entidade
AP 3.4 – PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de espécies autóctones</li> <li>N.º de locais de interesse ambiental</li> <li>N.º de metros de linhas de água limpas</li> <li>Análises à água para consumo humano</li> <li>Análises ao ar nos principais centros urbanos</li> <li>N.º de parceiros a assinar o “contrato de gestão” dos recursos hídricos</li> </ul>	a definir	a definir
AP 3.5 - PLANO DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de indicadores tratados</li> </ul>	Anual	CMR
AP 4.1 - DIAGNÓSTICO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>		
AP 4.2 - DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS INTER-GERACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de acções intergeracionais</li> <li>N.º de participantes</li> </ul>	Anual	CMR
AP 4.3 - REFORÇO DA REDE DE APOIO AO CIDADÃOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de visitas domiciliárias (por objectivo)</li> <li>N.º de passageiros transportados</li> <li>Idade média dos idosos nos lares</li> </ul>	Anual	IPSS's
AP 4.4 - CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO AOS EMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de imigrantes a residir no concelho</li> <li>N.º de imigrantes apoiados/N.º total de imigrantes</li> <li>N.º de acções de formação destinadas a imigrantes</li> <li>N.º de participantes nas acções de formação</li> </ul>	Anual	SEF CMR
AP 4.5 – REFORÇO DO ASSOCIATIVISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de associações</li> <li>N.º de parcerias entre associações</li> <li>Valor do apoio camarário às associações do concelho</li> </ul>	Anual	CMR Associações
AP 5.1 - INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO AO DESENV. ECONÓMICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de potenciais lotes a criar</li> </ul>	Anual	CMR
AP 5.2 - ACESSIBILIDADES, HABITAÇÃO E TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de fogos de habitação social</li> <li>N.º de fogos recuperados no Centro Histórico de Redondo</li> </ul>	Anual	CMR

Acção	Designação	Medição	
		Periodicidade	Entidade
<b>AP 5.3 – PROMOÇÃO DA SAÚDE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de acções de sensibilização de cuidados primários de saúde</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• % doentes do Centro de Saúde que são obrigados a deslocação a Évora (para exames e/ou tratamentos)</li> </ul>	Anual	Min. Saúde IPSS's
<b>AP 6.1 - ASSEMBLEIA 21 – FÓRUM CÍVICO CONCELHIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões do Fórum</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	a definir	CE21
<b>AP 6.2 - COMISSÃO DE COMÉRCIO, TURISMO, INDÚSTRIA E ARTESANATO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões da Comissão</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	a definir	CE21
<b>AP 6.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SOCIOCULTURA, COLECTIVIDADES, SAÚDE, DESPORTO, 3ª IDADE E JOVENS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões da Comissão</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	a definir	CE21
<b>AP 6.4 - COMISSÃO DE AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões da Comissão</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	a definir	CE21
<b>AP 6.5 - COMISSÃO ESTRATÉGICA 21A</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de sessões da Comissão</li> <li>• N.º de participantes</li> <li>• N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	a definir	CE21

## 6.2 Monitorização do Plano de Acção

Para além dos indicadores relativos a cada uma das acções propostas no Plano de Acção, interessa também monitorizar o próprio Plano no seu todo, de forma a garantir a avaliação do grau de realização global. Assim, é fundamental seleccionar e aplicar um conjunto de indicadores de fácil implementação, como são, aliás, os escolhidos para as acções, e que permitam fazer uma leitura da evolução global por parte da estrutura participativa local (definida no Eixo 6 do Plano), no âmbito das tarefas que lhes estão destinadas de avaliação, adaptação e melhoria do Plano de Acção.

### 1. Indicador Anual de Realização Total:

$$\frac{\text{N.º de acções totalmente realizadas}}{\text{N.º de acções previstas no Plano}} \times 100 \%$$

É um indicador simples de utilizar e de leitura fácil.

### 2. Indicador Anual de Realização Parcial:



$$\frac{\text{N.º de acções total ou parcialmente realizadas}}{\text{N.º de acções previstas no Plano}} \times 100 \%$$

É um indicador também fácil e que permite saber quantas acções já se iniciaram.

### 3. Indicador Anual de Envolvimento de Entidades (%):

$$\frac{\text{N.º de entidades já envolvidas nas tarefas do Plano}}{\text{N.º Total de entidades cujo envolvimento foi previsto}} \times 100 \%$$

Indicador que serve para medir o grau de participação da sociedade civil organizada na Agenda 21 Local. É de fácil leitura e não muito exigente em termos de implementação. Este indicador poderá dar resultados superiores a 100 %, tendo em conta a possibilidade de se juntarem à A21L novas entidades não previstas inicialmente no Plano de Acção.

#### 4. Indicador Anual de Orçamentação Global (%):

$$\frac{\text{Valor orçamentado pelas entidades envolvidas}}{\text{Valor Total do Plano de Acção}} \times 100 \%$$

É um indicador mais difícil de obter, exigindo um trabalho preparatório mais especializado e partindo, por exemplo, de um relatório anual por parte das entidades locais envolvidas e uma consulta ao Orçamento do Estado, quando for caso disso. O Valor Total do Plano de Acção deve ser actualizado anualmente, quer por motivo da inflação, quer por razões de melhoria das acções (e.g. tecnológica, metodológica).

#### 5. Indicador Anual de Realização Financeira (%):

$$\frac{\text{Valor da Realização total ou parcial das acções}}{\text{Valor Total do Plano de Acção}} \times 100 \%$$

É também um indicador que exige alguma especialização e que, como o anterior, necessitará da colaboração de técnicos da Câmara Municipal para a sua implementação.

A implementação destes cinco indicadores deverá ser tão rápida quanto possível. Os indicadores 1., 2. e 3. deverão ser implementados desde o primeiro ano de realização do Plano de Acção. Os indicadores 4. e 5., pela sua maior dificuldade (dependem da análise de técnicos especializados) e porque exigem trabalhos anteriores (e.g. cálculo do Valor Total do Plano), podem ser adiados por um ou, mesmo, dois anos. É desejável, no entanto, que todos estes indicadores estejam devidamente implementados no terceiro ano de execução do Plano.

### 6.3 Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da A21LR – SIDS A21LR

Como se pode verificar, os dois conjuntos de indicadores acima apresentados destinam-se sobretudo a monitorizar o plano de acção, isto é, são basicamente indicadores de eficiência uma vez que medem, entre outros aspectos, o grau de realização das acções, o número de acções realizadas e o número de participantes. Pelo facto de a **A21LR** ter como meta o desenvolvimento sustentável do concelho, deverá ser considerado um conjunto de indicadores que meçam a eficácia do processo, ou seja, proceder à medição da “evolução” do concelho a partir do ponto zero – ponto de partida de todo o processo.

Não sendo consensual a definição do sistema de indicadores a utilizar, é contudo, consensual que a escolha dos mesmos deverá ter em conta as vantagens e limitações indicadas na Tabela 2 do presente capítulo, com destaque para a inexistência de informação de base ao nível de concelho e de freguesia e a dificuldade de aplicação de medidas em determinadas áreas, como o ordenamento do território e a paisagem.

Assim, tendo em conta estes pressupostos, e levando em consideração estudos nacionais e europeus na matéria, optou-se por considerar um **sistema de indicadores da A21LR (SI A21LR)** que em assenta, em grande parte, nos indicadores considerados no **Diagnóstico do Plano de Acção** e em dados recolhidos em anos de recenseamento.

Por serem considerados de extrema importância e de alguma forma obrigatórios num processo de A21L, indicadores ambientais serão considerados no sistema de indicadores, ficando, contudo, em alguns casos, a aguardar a existência de medições e o apuramento de valores a nível concelhio.

Assim, o **SI A21LR** foi definido tendo em conta os seguintes critérios:

- existência de dados de base – dados de partida do diagnóstico da A21LR;
- possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metasp existentes – nomeadamente do Sistema de Indicadores da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;
- facilidade e rapidez de determinação e interpretação;
- grau de importância e validação científica;
- custo de implementação;

Deste modo, na tabela seguinte apresenta-se a listagem de indicadores distribuídos pelos seguintes subgrupos/temas:

- território;
- população e condições sociais (demografia, educação, saúde, acção social, habitação, segurança pública participação eleitoral);
- ambiente e energia;
- actividade económica (economia, turismo, transportes e movimentos pendulares)

### Território

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
Temperatura média anual do ar (°C)	estado	INMG	mensal	2000/2001			16,3 <sup>1</sup>
Disponibilidades hídricas (caudal m <sup>3</sup> /dia)	estado	PDM		1957/1960	-	-	8-250
Uso do solo	estado	PDM		1965			
Precipitação média anual (mm)	estado	INE	anual	2000/2001			868 <sup>2</sup>

### População e condições Sociais

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
<b>Demografia</b>							
Densidade populacional (hab/km <sup>2</sup> )	estado	INE	Censos	2001			20
População residente com menos de 15 anos (% do total)	estado	INE	Censos	2001			13,5
População residente com idades entre os 15-64 anos (% do total)	estado	INE	Censos	2001			62,1
População residente com 65 e + anos (%)	estado	INE	Censos	2001			24,3

<sup>1</sup> Referente à estação de Évora, sendo que Redondo apresenta uma média anual muito próxima (16°C)

<sup>2</sup> Referente à estação de Évora

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
do total)							
Taxa de natalidade (‰)	estado	INE	anual	2002		9,1	9,7
Taxa de mortalidade (‰)	estado	INE	anual	2002		12,9	17,1
Índice de envelhecimento (%)	estado	INE	anual	2002			185,5
Índice de dependência de jovens (%)	estado	INE	Censos	2001			21,18
Índice de dependência de idosos	estado	INE	Censos	2001			39,16
<b>Educação</b>							
Taxa de analfabetismo (%)	pressão	INE	Censos	2001		14,8	16,5
Residentes que completaram o ensino secundário, em relação à população total (%)	estado	INE	Censos	2001		14,84	12,42
Residentes que completaram o ensino superior, em relação à população total (%)	estado	INE	Censos	2001		8,99	5,76
Taxa de abandono escolar (%)	pressão	MEDU	anual	2001	2,7	2,8	5,3
<b>Saúde</b>							
Taxa média de mortalidade infantil (%)	estado	INE	Anuário estatístico	1998/2002		3,6	9,5
Médicos por 1000 habitantes (%)	estado	INE	Anuário estatístico	2003		1,9	0,7
Consultas por habitante (%)	estado	INE	Anuário estatístico	2003		3,7	3,8
Pessoal médico ao serviço	resposta	INE	Anuário estatístico	2004		127	6
Pessoal de enfermagem ao serviço	resposta	INE	Anuário estatístico	2004		167	6
N.º total de farmácias	estado	INE	Anuário estatístico	2004		52	3

## População e condições Sociais

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
<b>Acção social</b>							
N.º total de beneficiários do RMG	estado	INE	Anuário estatístico	2003		4437	338
N.º total de pensionistas	estado	INE	Anuário estatístico	2003		59259	2506
N.º total de beneficiários de prestações de desemprego	estado	INE	Anuário estatístico	2003		8511	532
Taxa de cobertura de pré-escolar (%)		CDSSS	anual	2003		40,6	35,0
Taxa de cobertura de ATL (%)		CDSSS	anual	2003		33,2	9,4
Taxa de cobertura de creches (%)		CDSSS	anual	2003		26,9	23,5
Taxa de cobertura de lares de idosos (%)		CDSSS	anual	2003		4,5	4
Taxa de cobertura de centros de dia (%)		CDSSS	anual	2003		4,7	7,2
<b>Habitação</b>							
N.º de edifícios por ano de construção		INE	Censos 2001	1996/2001		7862	292
N.º de alojamentos vagos no total dos alojamentos clássicos	estado	INE	Censos 2001	2001		10594	516
N.º de alojamentos de uso sazonal no total dos alojamentos clássicos	estado	INE	Censos 2001	2001		14633	917
N.º total de obras concluídas	resposta	INE	Anual	2002		1037	33
N.º total de licenças concedidas para construção de edifícios	resposta	INE	Anuário estatístico	2002		1058	46

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
<b>Segurança pública</b>							
N.º de equipamentos de ordem pública (posto GNR/PSP)		INE	Carta de equipamentos e serviços de apoio à pop.	2002		32	1
<b>Participação eleitoral</b>							
Taxa de abstenção nas eleições locais (%)	estado	CMR	CMR	2001			43,11
Taxa de abstenção nas eleições presidenciais (%)	estado	CMR	CMR	2001			59,30
Taxa de abstenção nas eleições legislativas (%)	estado	CMR	CMR	2002			44,88
Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu (%)	estado	CMR	CMR	2004			69,30

### Ambiente e energia

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
Caudal superficial tratado (m³) em % do total captado							100
Águas residuais (% de população servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais)	estado	INE	Anuário estatístico	2002		88,5	90
Consumo de água a nível residencial e serviços (milhares m³)	pressão	INE	Anuário estatístico	2002			294
Consumo de água em	pressão	INE	Anuário estatístico	2002			46

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
indústria (milhares m <sup>3</sup> )							
Caudal efluente produzido (milhares m <sup>3</sup> )	pressão	INE	Anuário estatístico	2002			262
Caudal efluente tratado (m <sup>3</sup> ) em % do total produzido	resposta	INE	anual	2002		67,7	59,9
População servida por sistemas de recolha de resíduos (%)	resposta	INE	anual	2001			100
Resíduos urbanos recolhidos segundo processo selectivo (%)	resposta	INE		2001	3,93	1,61	-
Área ardida por ocorrência de fogos florestais (ha)	pressão	INE	anual	2002			756,7
Despesas municipais segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente (milhares de €)	resposta	INE	anual	2002		5839	403
N.º de consumidores de electricidade		INE	anual	2002		67692	4300
Consumo doméstico de energia eléctrica (kWh/hab)	pressão	INE	anual	2002		2,23	2,20
Consumo total de energia eléctrica (kWh/hab)	pressão	INE	anual	2002		5,19	4,03

## Actividade económica

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
<b>Economia</b>							
Taxa de actividade (%)	estado	INE	anual	2001		40,6	45,2
Taxa de desemprego	estado	INE	anual	2003			8,8
População activa no sector primário em relação ao total dos activos (%)	estado	INE	anual	2001		12,0	22,3
População activa no sector secundário em relação ao total dos activos (%)	estado	INE	anual	2001		27,9	27,1
População activa no sector terciário em relação ao total dos activos (%)	estado	INE	anual	2001		60,1	50,7
N.º total de empresas do sector primário (empresas em nome individual e sociedades)	estado	INE	anual	2001			265
N.º total de empresas do sector secundário (empresas em nome individual e sociedades)	estado	INE	anual	2001			321
N.º total de empresas do sector terciário (empresas em nome individual e sociedades)	estado	INE	anual	2001			451
Volume de vendas na indústria transformadora		INE	anual	2000			21,852
<b>Turismo</b>							
N.º de camas dos estabelecimentos hoteleiros		INE	anual	2001			34
N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros		INE	anual	201			5202

Indicador	Tipo	Fonte	Periodicidade	Última medição	Valores Médios		
					País	Alentejo Central	Redondo
Taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros (%)	estado resposta	INE	anual	2001		39,5	44,5
Estada média em estabelecimentos hoteleiros (%)	estado resposta	INE	anual	2001		1,4	1,1
<b>Transportes e movimentos pendulares</b>							
Venda de combustível (gasolina s/chumbo 95) em toneladas	pressão	INE	anual	2001		14577	356
Venda de combustível (gasolina s/chumbo 98) em toneladas	pressão	INE	anual	2001		5042	136
Venda de combustível (gasóleo) em toneladas	pressão	INE	anual	2001		73155	2926
Taxa de motorização (veículos/1000 hab)		PDM		1991			104

---

#### 6.4 Indicadores comuns europeus - Para um perfil da sustentabilidade local

A definição de um conjunto comum de indicadores europeus de sustentabilidade local decorre de uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia (DG do Ambiente), da Agência Europeia do Ambiente e do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, criado pela Comissão Europeia em 1991. Pretende-se, desta forma, encorajar as comunidades locais europeias a utilizar indicadores comuns para avaliar os progressos realizados no domínio da sustentabilidade local.

Assim, esta iniciativa destina-se, em matéria de monitorização, a **apoiar as autoridades locais** nos seus esforços para alcançar a sustentabilidade e a **fornecer informações objectivas e comparáveis** relativas aos progressos em matéria de sustentabilidade em toda a Europa.

Este projecto baseia-se num conjunto comum de indicadores integrados que reflectem as interacções entre os aspectos ambientais, económicos e sociais. Tal iniciativa foi concebida para medir os avanços ou retrocessos em matéria de sustentabilidade, incidindo na dimensão da **mudança ao longo do tempo**, bem como na identificação de **tendências e orientações**, e não em medidas absolutas.

As autoridades locais em toda a Europa são encorajadas a **participar na** iniciativa em matéria de monitorização, através da **adopção** dos indicadores comuns europeus e da sua integração nos sistemas de gestão autárquica, bem como a **contribuir activamente** para o desenvolvimento deste conjunto de indicadores **voluntariamente** adoptados durante o período de ensaio que se vai seguir. Tal participação deverá basear-se no entendimento de que os indicadores comuns europeus se destinam a **complementar** todos os indicadores definidos a nível nacional ou local e que a adesão a esta iniciativa em matéria de monitorização da sustentabilidade à escala europeia não substitui a aplicação activa desses processos, igualmente importantes, ou do trabalho em parceria com outros interessados, como os cidadãos, as ONG's e o sector das empresas e a partilha das responsabilidades de monitorização, bem como outras acções que contribuam para a sustentabilidade.

O presente conjunto de indicadores de sustentabilidade local deve ser considerado como uma proposta de indicadores de «primeira geração».

**Tabela 3 – Primeira geração de indicadores comuns europeus**

A	INDICADORES PRINCIPAIS (obrigatórios)	Princípio n.º (ver a seguir)							
		n.º	Indicador	1	2	3	4	5	6
1	<b>Satisfação do cidadão com a comunidade local</b> Satisfação geral dos cidadãos com as várias características da autarquia local		✓	✓			✓	✓	✓
2	<b>Contribuição local para as alterações climáticas globais</b> Emissões de CO2 (a longo prazo, após a identificação de metodologia simplificada, este indicador incidirá nas repercussões ecológicas)		✓			✓	✓	✓	
3	<b>Mobilidade local e transporte de passageiros</b> Transporte diário de passageiros: distâncias e modos de transporte		✓			✓	✓	✓	✓
4	<b>Existência de zonas verdes públicas e de serviços locais</b> Acesso dos cidadãos a zonas verdes públicas próximas e a serviços básicos		✓			✓		✓	✓
5	<b>Qualidade do ar na localidade</b> Número de dias em que se regista uma boa qualidade do ar		✓					✓	✓

B	INDICADORES ADICIONAIS (voluntários)	Princípio n.º (ver a seguir)							
		n.º	Indicador	1	2	3	4	5	6
6	<b>Deslocação das crianças entre a casa e a escola</b> Modo de transporte utilizado pelas crianças nas deslocações entre a casa e a escola		✓			✓	✓	✓	
7	<b>Gestão sustentável da autoridade local e das empresas locais</b> Percentagem das organizações públicas e privadas que adoptam e utilizam procedimentos de gestão ambiental e social					✓	✓	✓	
8	<b>Poluição sonora</b> Percentagem da população exposta a ruído prejudicial		✓					✓	✓

B	INDICADORES ADICIONAIS (voluntários)	Princípio n.º (ver a seguir)					
		1	2	3	4	5	6
n.º	Indicador						
9	<b>Utilização sustentável dos solos</b> Desenvolvimento sustentável, recuperação e protecção dos solos e de sítios na autarquia	✓		✓	✓	✓	
10	<b>Produtos que promovem a sustentabilidade</b> Percentagem do consumo total de produtos que ostentam rotulagem ecológica, biológicos ou objecto de práticas comerciais leais	✓		✓	✓	✓	

A base de selecção destes indicadores assenta nas seguintes preocupações de sustentabilidade:

1. **igualdade e inclusão social** - acesso a todos a serviços básicos adequados e a bom preço (e.g. educação, emprego, energia, saúde, habitação, formação, transporte);
2. **governo local/atribuição de poderes/democracia** - participação de todos os sectores da comunidade local no planeamento local e nos processos de tomada de decisões;
3. **relação local/global** - satisfação das necessidades locais a nível local, da produção ao consumo e à eliminação; satisfação das necessidades que não é possível satisfazer localmente de forma mais sustentável;
4. **economia local** - adaptação das capacidades e necessidades locais à disponibilidade de postos de trabalho e outras facilidades, da forma que ameace o menos possível os recursos naturais e o ambiente;
5. **protecção do ambiente** - adopção de uma abordagem de ecossistema; redução ao mínimo da utilização dos recursos naturais e dos solos, da produção de resíduos e emissão de poluentes, aumentando a biodiversidade;
6. **património cultural/qualidade do ambiente construído** - protecção, preservação e reabilitação dos valores históricos, culturais e arquitectónicos, incluindo monumentos e eventos; reforço e salvaguarda do carácter atractivo e funcional dos espaços e edifícios.

---

## 7. Desenvolvimentos futuros

---

Refira-se que a Agenda 21 não tem data para terminar, pois é um processo pelo qual a sociedade vai realizando, passo a passo, as suas metas. Por ser um planeamento a longo prazo, com várias etapas, a sua elaboração e implementação passam por revisões. Assim, o que importa não é o seu início ou fim, mas que a **A21LR** se estabeleça como processo participativo e contínuo.

Neste contexto, e delineadas que foram as linhas de acção da **A21LR** e respectivas fichas, caberá agora às estruturas criadas – comissões estratégica e temáticas - prosseguir o trabalho iniciado em 2004, desenvolvendo, entre outros, os seguintes passos:

- ✿ **Manutenção e estímulo da participação da população** – ainda que a participação durante o processo tenha sido considerada por todos como extraordinariamente positiva é necessário, contudo, manter os níveis de interesse suscitados e, se possível, aumentar os mesmos. Assim, deverão promover-se acções mobilizadoras que estimulem a **participação junto de todas as faixas etárias e dos sectores menos representados** e por **todo o território**. Para atingir este objectivo será fundamental definir uma campanha própria de *marketing* para a **A21LR**, que deverá passar por um novo esclarecimento sobre os objectivos norteadores de uma Agenda 21 Local e pela mobilização de novos participantes para as comissões criadas;
- ✿ **Desenvolvimento do cronograma sequencial das acções propostas** – o plano de acção apresenta um conjunto de medidas a tomar, acções a desenvolver com um determinado tempo de execução; contudo, deverá definir-se um cronograma relativo à sequência de acções a executar, isto é, quais as acções que precedem outras e quais as acções que, por outro lado, despoletam outras, por eixo de intervenção e entre estes, com o suporte de referenciais, que em nomenclatura anglo-saxónica se definem como *triggers* e *targets*; *trigger* – o que despoleta a acção seguinte e *target* – a meta;
- ✿ **Incremento de parceria para o levantamento e acompanhamento das acções** – com efeito, e dado o facto de as fichas de acções apresentadas neste documento se referirem a potenciais parceiros a mobilizar para o desenvolvimento das acções, será necessário mobilizar e assegurar efectivamente estas parcerias na segunda fase deste processo. Neste campo, a equipa técnica da Trilho – ADR considera fundamental o envolvimento e a ligação às estruturas descentralizadas dos diversos ministérios, «amarrando-os» de alguma forma ao plano, sobretudo numa fase de discussão e planeamento de programas, medidas e acções do IV Quadro Comunitário de Apoio (IV QCA).
- ✿ **Implementação do plano de monitorização**

A terminar, é de referir que a eficácia na aplicação das políticas depende da parceria e repartição das responsabilidades, ao nível da tomada de decisão, implementação e gestão, devendo aplicar-se ao longo de toda a cadeia o princípio da subsidiariedade, assumindo-se, assim, que uma acção será tanto mais eficiente quanto maior for o envolvimento dos agentes locais.



---

## Anexos

---

I – Regulamento de participação

II – Quadro de resumo

III – Contributos individuais para a A21L de Redondo - pensar global, agir local



## I – Regulamento de participação

### ORGÃOS DA AGENDA 21 LOCAL DE REDONDO

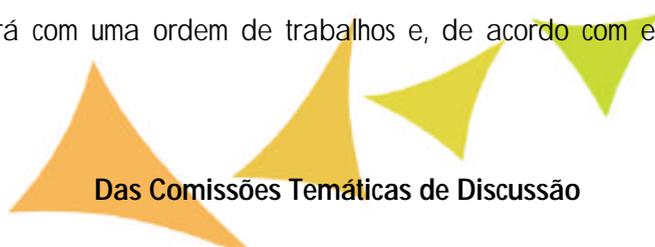
#### Da Comissão Estratégica 21

1 – A Comissão Estratégica 21 (CE21) tem como principal fim a validação e apresentação das propostas formuladas pela equipa técnica e em função das decisões tomadas por cada Comissão Temática de Discussão (CTD);

2 – A CE21 é composta por três elementos do Município de Redondo – dos quais, um elemento do Executivo Municipal – três elementos da Equipa Técnica da TRILHO e um representante eleito ou nomeado, por cada uma das áreas, dos sectores de actividade do Concelho e por um representante de cada Junta de Freguesia, num total de 21 elementos;

3 – A CE21 funcionará desde que tenha quórum, isto é, metade dos elementos mais um da CE21, num total de 11 participantes;

4 – A CE21 funcionará com uma ordem de trabalhos e, de acordo com esta, serão analisados e discutidos os temas;



#### Das Comissões Temáticas de Discussão

5 – As CTD's são universos reflexivos nos quais se pode participar, independentemente da área de proveniência e estão sempre abertas à entrada de pessoas e/ou propostas. Todavia, os seus membros apenas podem ser eleitos por uma área de actividade;

6 - Constituição das Comissões Temáticas de Discussão:

6.1 – Sector de actividade da agro-indústria, agricultura e pecuária (CAAI). Elege um representante de cada uma das seguintes áreas de actividade – Agro-indústria, Agricultura e pecuária e Vitivinicultura;

6.2 – Sector de actividade da indústria, comércio e turismo (CICT). Elege um representante de cada uma das seguintes áreas de actividade – Indústria, Comércio, Turismo e restauração, Artesanato e Património;

6.3 - Sector de actividade sócio-cultural e educativo (CESC). Elege um representante de cada uma das seguintes áreas de actividade/sector – Associações culturais e desportivas, Juventude, Idosos, Saúde e segurança social e Educação<sup>3</sup>;

---

<sup>3</sup> As infra-estruturas a nível geral, os recursos, o ambiente, a formação profissional e o desenvolvimento são componentes transversais a todos os sectores referidos no número seis.

- 7 - A constituição das CTD's pode incluir ainda mais áreas de actividade de forma a assegurar a participação dos vários interesses e propostas dos sectores de actividade e da população em geral;
- 8 - A forma de escolha dos elementos de cada CTD é feita, *ad hoc*, por eleição no seio de cada CTD;
- 9 - A Equipa Técnica da TRILHO e a Câmara Municipal estarão presentes em cada Comissão Temática de Discussão, enquanto observadores e elementos facilitadores de discussão, mas também ao nível da definição de algumas propostas para discussão;

### Da Assembleia 21

- 10 - A Assembleia 21 funciona como fórum aberto à população, tendo como objectivos a validação das acções propostas pela Comissão Estratégica 21, apresentação de propostas e o acompanhamento do processo de Agenda 21 Local;

### Das Mesas

- 11 - As mesas das CTD's são constituídas por 3 elementos presentes, eleitos por um ano na primeira reunião anual de cada Comissão;
- 12 - A mesa da CE 21 é constituída por 3 elementos:
- Presidente - representante do executivo camarário;
  - Secretário - representante da TRILHO;
  - Vogal - representante eleito das CTD's;
- 13 - A mesa da Assembleia 21 é constituída por 5 elementos:
- Presidente - representante do executivo camarário;
  - Secretário - representante da TRILHO;
  - Vogais - 3 elementos eleitos na primeira reunião anual do Fórum, sendo 2 representantes da população e 1 representante das Juntas de Freguesia;

### Dos Poderes e Formas de Decisão

- 14 - O funcionamento das CTD's e da CE21, respeita o Princípio da Igualdade entre os elementos que a compõem pelo que a cada indivíduo corresponde um voto;

15 – Não havendo aprovação por consenso das propostas submetidas pelas CTD's à CE21, e tendo como princípio o carácter de concertação e consensualização que integra o espírito de participação do processo A21L, as mesmas serão aprovadas se obtiverem 2/3 de votos e a anuência do representante do Executivo Municipal. Quando uma das anteriores condições não se verificar será elaborada outra proposta, num prazo nunca superior a quinze dias úteis, a qual será aprovada com os votos favoráveis de três quartos dos membros da CE21 desde que com a anuência do Executivo Municipal;

16 – No âmbito do funcionamento das CTD's o processo de deliberação e aprovação deverá assentar nos princípios do Consenso e Concertação entre os participantes, fruto de um processo negocial e participado, tendo sempre em vista a obtenção da unanimidade. Não obstante e no caso de tal consenso não se verificar, quaisquer votações devem respeitar a fórmula da maioria qualificada, isto é, dois terços dos elementos presentes no acto da votação e desde que haja quórum;

17 – A forma de deliberação da Assembleia 21 deverá assentar no princípio do Consenso. Tal não se verificando, proceder-se-á à aprovação por maioria qualificada (2/3 dos votos) das propostas de acção a serem submetidas à apreciação dos órgãos autárquicos;

Redondo, 18 de Maio de 2004



## II - Quadro de resumo

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 1.1 - GABINETE DE PROMOÇÃO ECONÓMICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fomento da formação profissional entre trabalhadores do comércio, hotelaria e turismo</li> <li>➤ Dinamização e promoção de actividades artesanais do concelho</li> <li>➤ Preparação e participação em eventos e feiras nacionais e internacionais</li> <li>➤ Desenvolvimento de acções de fomento do associativismo empresarial</li> <li>➤ Apoio à instalação de projectos e iniciativas de investigação e desenvolvimento (I&amp;D) nos sectores tradicionais do concelho</li> <li>➤ Promoção da realização de estudos sectoriais, nomeadamente de necessidades agrícolas</li> <li>➤ Promoção de estudos de necessidades de formação profissional por sectores de actividades</li> <li>➤ Realização de seminários e jornadas</li> </ul>	Acções imateriais	Acções imateriais	Médios	Médios	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ PIBpc Municipal</li> <li>➤ VABpc Municipal</li> <li>➤ Produções agrícolas (em área, tonelagem e valor): vinho, azeite, outras</li> <li>➤ N.º de estabelecimentos comerciais</li> <li>➤ N.º de acções e formandos de formação profissional</li> <li>➤ N.º de "horas x formandos" de formação profissional</li> <li>➤ N.º de feiras e exposições levadas a cabo no concelho e/ou participadas por empresas de Redondo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.1 - Campanha de estímulo ao consumo de vendas no comércio tradicional</li> <li>1.1.2 - Protocolo de cooperação com entidades de I&amp;D</li> <li>1.1.3 - Campanha de sensibilização para a modernização da agricultura tradicional</li> <li>AR 1.1.4 – Definição de um plano de dinamização do Pavilhão de Exposições</li> </ul>

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 1.2 - GABINETE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dinamização do projecto de recuperação do centro histórico</li> <li>➤ Continuação da inventariação do património histórico local</li> <li>➤ Fomento da realização de cursos de formação profissional na área das ciências do património</li> <li>➤ Elaboração de um plano de optimização dos equipamentos culturais e desportivos</li> <li>➤ Levantamento do estado dos equipamentos socioculturais e definição de uma estratégia de animação de uma rede de equipamentos concelhios</li> <li>➤ Apoio e fomento do associativismo cultural</li> <li>➤ Fomento da expressão cultural e disponibilização de espaços para a expressão cultural dos jovens</li> </ul>	Acções imateriais	Investimento/obra		Baixos - Acções imateriais Elevados - Investimento/obra	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de acções culturais levadas a cabo no concelho</li> <li>➤ N.º de espectadores/participantes antes nas acções culturais</li> <li>➤ Verbas concedidas pela Câmara Municipal para eventos culturais</li> <li>➤ N.º de eventos desportivos realizados no concelho</li> <li>➤ N.º de participantes em eventos desportivos</li> <li>➤ N.º de modalidades desportivas em actividade</li> </ul>	<p>AR 1.2.1 - Campanhas de sensibilização para a protecção do património histórico</p> <p>AR 1.2.2 - Realização dos "Encontros do Património"</p> <p>AR 1.2.3 - Implementação dos "Recantos de Identidade e Património"</p> <p>AR 1.2.4 - Animação socioeducativa, cultural, recreativa e desportiva</p>
AP 1.3 - GABINETE DE APOIO AO MUNICÍPE	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implementação de atendimentos periódicos nas freguesias</li> <li>➤ Apoio e encaminhamento, na sede de concelho e junto das comunidades rurais do concelho, sobre direitos e deveres, legislação e encaminhamento jurídico</li> <li>➤ Informação sobre serviços públicos particulares: valências e competências, serviços e recursos disponíveis</li> </ul>	X			Reduzidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de pessoas atendidas</li> <li>➤ N.º de reuniões descentralizadas</li> <li>➤ N.º de informações transmitidas</li> <li>➤ N.º de casos resolvidos</li> </ul>	

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 2.1 - CONCEPÇÃO DA IMAGEM/MARCA REDONDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Concepção e criação da imagem/marca</li> <li>➤ Definição de um regulamento de utilização da marca</li> </ul>	X			Médios	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de produtos abrangidos pela marca</li> </ul>	
AP 2.2 - CONCEPÇÃO DE UMA CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO CONCELHO	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Concepção e criação de um stand expositivo para a promoção dos produtos Redondo em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais</li> <li>➤ Realização de "embaixadas" comerciais de Redondo no estrangeiro</li> <li>➤ Realização de feiras promocionais do concelho</li> <li>➤ Criação de brochuras turísticas</li> <li>➤ Publicação de uma revista de promoção dos produtos Redondo</li> </ul>	Acções imateriais	Acções promocionais		Médio - Edições e stand Elevados - Acções promocionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de acções relevantes</li> <li>➤ N.º de entidades envolvidas</li> <li>➤ Volume de vendas e/ou encomendas/acção promocional</li> <li>➤ N.º de turistas visitantes</li> </ul>	<p>AR 2.2.1 - Implementação de uma campanha de valorização dos produtos locais</p> <p>AR 2.2.2 - Implementação de uma campanha de valorização da oferta enogastronómica concelha</p>
AP 2.3 - REVITALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS VILAS E ALDEIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dinamização do projecto ecomuseu e área envolvente</li> <li>➤ Definição de uma estratégia de promoção de todas as localidades rurais como complementos turístico à Barragem da Vigia</li> <li>➤ Definição de uma estratégia de promoção da enogastronomia local associada às diversas actividades ao ar livre</li> </ul>	X	X		Reduzidos - Acções imateriais Elevados - Investimento/obras	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de turistas visitantes</li> <li>➤ N.º de turistas visitantes das aldeias</li> <li>➤ km de percursos pedonais criados</li> </ul>	AR 2.3.1 - Criação de uma rede de circuitos pedonais de interpretação da natureza para todas as localidades do concelho

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 2.4 - REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS ACTIVIDADES ARTESANAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dinamização de acções de sensibilização dos artesãos para a participação em feiras</li> <li>➤ Definição de uma estratégia de revitalização, promoção e "certificação" da genuinidade da Olaria de Redondo</li> <li>➤ Revitalização e promoção do mobiliário alentejano e demais expressões artesanais do concelho</li> </ul>		X		Reduzidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Volume de negócios do artesanato local</li> <li>➤ N.º de estabelecimentos/unidades produtivas</li> <li>➤ N.º de artesãos/acção promocional</li> <li>➤ N.º trabalhadores/unidade e produtiva</li> </ul>	AR 2.4.1 – Dinamização do espaço do Convento de Santo António
AP 2.5 - PROMOÇÃO DE UM EVENTO CULTURAL ANUAL, DE DIMENSÃO NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Promoção da identidade cultural local</li> <li>➤ Realização de colóquios temáticos sobre as expressões culturais locais</li> </ul>		Médio prazo		Elevados	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de espectadores/iniciativa/ano</li> </ul>	AR 2.5.1 – Definição de um plano de actividade anual para o Centro Cultural - Casa das Artes e a Casa de Espectáculos

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 3.1 – PLANEAMENTO DO TRÁNSITO, DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PEDONAIS EM REDONDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reestruturação da circulação rodoviária urbana</li> <li>➤ Estabelecimento de horários e acessos a cargas e descargas</li> <li>➤ Aumento da capacidade de estacionamento e criação de zonas pedonais</li> <li>➤ Melhoria das pavimentações e arranjos paisagísticos</li> </ul>		X		Elevados	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de viaturas que passam nas principais vias do centro de Redondo</li> <li>➤ N.º de lugares de estacionamento para viaturas</li> <li>➤ N.º de metros de corredores pedonais</li> </ul>	<p>AR 3.1.1 - URBCOM Redondo</p> <p>AR 3.1.2 – Projecto de revitalização do Centro Histórico</p>
AP 3.2 - CRIAÇÃO DA "COMISSÃO VERDE"	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaboração do Regulamento Municipal de Ambiente, criação de fiscalização ambiental e implementação de monitorização ambiental</li> <li>➤ Desenvolvimento do Programa Municipal de Educação Ambiental: promoção da educação ambiental e apoio a estilos de vida ambientalmente sustentáveis</li> <li>➤ Elaboração de estudo de avaliação dos resíduos sólidos urbanos</li> <li>➤ Realização de estudos do impacte ambiental</li> <li>➤ Sensibilização dos estabelecimentos comerciais e turísticos para a recolha selectiva de lixos</li> <li>➤ Promoção e comercialização de produtos reciclados nos estabelecimentos comerciais e turísticos</li> </ul>	X	X		Reduzidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Volume/peso da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos (RSU)</li> <li>➤ N.º de acções de fiscalização ambiental</li> <li>➤ Valor de coimas e n.º de autos</li> <li>➤ N.º de acções de sensibilização ambiental</li> <li>➤ N.º de pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização ambiental (adultos e crianças)</li> <li>➤ N.º de ecopontos domésticos distribuídos</li> </ul>	<p>AR 3.2.1 – Campanha "ECOCIDADÃO"</p> <p>AR 3.2.2 - Candidatura ao "CONCELHO AZUL" ou outras iniciativas idênticas</p> <p>AR 3.2.3 - Estudo para implementação de uma central interconcelhia de reciclagem de resíduos da construção civil</p>

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 3.3- DIVERSIFICAÇÃO DO QUADRO ENERGÉTICO DO CONCELHO	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estudo de aproveitamento de diversas fontes de energia alternativas locais: estabelecimento de soluções locais para problemas locais</li> <li>➤ Promoção da utilização de painéis de captação de energia solar em edifícios colectivos</li> <li>➤ Dotação nos novos loteamentos da possibilidade de aproveitamento de energias alternativas</li> <li>➤ Procurar estimular a indústria das energias renováveis</li> </ul>	Estudos	Investimento/obra	Investimento/obra	Reduzidos - Estudos Elevados - Investimento/obra	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ % energia alternativa produzida no concelho relativamente ao consumo total na mesma área de exploração</li> <li>➤ Consumo de energia do município</li> </ul>	AR 3.3.1 - Auditoria energética aos serviços públicos e municipais
AP 3.4- PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Levantamento e estudo de espécies autóctones do concelho (fauna e flora)</li> <li>➤ Estudo e desenvolvimento de um sistema de gestão conjunta dos principais locais de interesse ambiental</li> <li>➤ Promoção de acções de limpeza das margens das linhas de água</li> <li>➤ Criação de sistemas de vigilância inibidoras do despejo de entulhos nas proximidades das linhas de água</li> <li>➤ Desenvolvimento de acções que visem a gestão integrada dos recursos hídricos do concelho</li> </ul>		X		Médios	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de espécies autóctones</li> <li>➤ N.º de locais de interesse ambiental</li> <li>➤ N.º de metros de linhas de água limpas</li> <li>➤ Análises à água para consumo humano</li> <li>➤ Análises ao ar nos principais centros urbanos</li> <li>➤ N.º de parceiros a assinar o "contrato de gestão" dos recursos hídricos</li> </ul>	AR 3.4.1 – Implementação de um "contrato de gestão" dos recursos hídricos do concelho

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 3.5 - PLANO DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL	➤ Adopção de um sistema de indicadores de sustentabilidade para o Concelho de Redondo	X			Médios	➤ N.º de indicadores tratados	



Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 4.1 - DIAGNÓSTICO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização do diagnóstico social do concelho, no âmbito da Rede Social</li> </ul>	X			Reduzidos		AR 4.1.1 – Implementação do Programa Rede Social AR 4.1.2 - Plano de Desenvolvimento Social
AP 4.2 - DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS INITEC	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de centros comunitários de tempos livres dos 8 aos 80 anos</li> <li>Estudo de viabilidade e criação de uma quinta pedagógica</li> </ul>		X		Médios a elevados	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de acções intergeracionais</li> <li>N.º de participantes</li> </ul>	
AP 4.3 - REFORÇO DA REDE DE APOIO AO CIDADÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Complemento e reforço da rede de apoio domiciliário existente no concelho (alimentação, higiene, serviços de compras)</li> <li>Complemento da rede de transporte concelhia, sobretudo ao nível do acesso ao centro de Redondo</li> </ul>		X		Elevados	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de visitas domiciliárias (por objectivo)</li> <li>N.º de passageiros transportados</li> <li>Idade média dos idosos nos lares</li> </ul>	
AP 4.4 - CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO AOS EMIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de projectos de acolhimento/integração dos imigrantes em meio rural</li> <li>Instalação de um espaço permanente e aberto de informação/apoio/orientação e encaminhamento jurídico, social e laboral</li> <li>Desenvolvimento de acções de formação, informação e sensibilização às comunidades locais e aos imigrantes</li> <li>Promoção de projectos de aproximação multicultural</li> </ul>	X			Reduzidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de imigrantes a residir no concelho</li> <li>N.º de imigrantes apoiados/N.º total de imigrantes</li> <li>N.º de acções de formação destinadas a imigrantes</li> <li>N.º de participantes nas acções de formação</li> </ul>	

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 4.5 – REFORÇO DO ASSOCIATIVISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Plano de apoio às diversas formas de associativismo colectivo existente no concelho</li> <li>➤ Fomento do desenvolvimento de parcerias activas entre associações</li> </ul>	X			Reduzidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de associações</li> <li>➤ N.º de parcerias entre associações</li> <li>➤ Valor do apoio camarário às associações do concelho</li> </ul>	



Acção	Actividades	Prazo de execução			Custos	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 5.1 - INFRA- ESTRUTURA S DE ADICIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Plano de gestão das zonas industriais existentes</li> <li>➤ Realização de estudos para a localização de novos pólos industriais</li> </ul>		X		Médios	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de potenciais lotes a criar</li> </ul>	
AP 5.2 - ACESSIBILIDADES, HABITAÇÃO E TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Acessibilidades:</li> <li>➤ Melhoria da ligação a Estremoz</li> <li>➤ Acompanhamento e reforço do plano de sinalização do concelho</li> <li>➤ Habitação:</li> <li>➤ Implementação e conservação do parque - habitacional e habitação social</li> <li>➤ Gestão e implementação do projecto de requalificação da zona histórica de Redondo</li> <li>➤ Transportes:</li> <li>➤ Melhoria da rede de transportes públicos na ligação à sede de concelho</li> </ul>		Acções imateriais	Acções materiais	Elevados - Acções materiais Reduzidos - Acções imateriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de fogos de habitação social</li> <li>➤ N.º de fogos recuperados no Centro Histórico de Redondo</li> </ul>	
AP 5.3 - PROMOÇÃO DA SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Promoção de diversas acções de informação e sensibilização para os cuidados primários de saúde</li> <li>➤ Dinamização da programação e construção de equipamentos de saúde em falta, nomeadamente um novo Centro de Saúde</li> </ul>	Acções imateriais	Acções imateriais	Acções materiais	Baixos - Acções imateriais Elevados - Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de acções de sensibilização de cuidados primários de saúde</li> <li>➤ N.º de participantes</li> <li>➤ % doentes do Centro de Saúde que são obrigados a deslocação a Évora (para exames e/ou tratamentos)</li> </ul>	

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custo	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 6.1 - ASSEMBLEIA 21 - FÓRUM CÍVICO CONCELHIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de um fórum cívico de discussão de problemas concelhios</li> <li>➤ Acompanhamento da implementação da A21Local de Redondo</li> <li>➤ Avaliação, discussão e validação de novas propostas</li> </ul>	X			Reduzidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de sessões do Fórum</li> <li>➤ N.º de participantes</li> <li>➤ N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	
CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE COMERC., TURISMO, INDÚSTRIA E	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das acções propostas na Agenda 21Local de Redondo</li> <li>➤ Apresentação e discussão de novas propostas</li> </ul>	X			Reduzidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de sessões da comissão</li> <li>➤ N.º de participantes</li> <li>➤ N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	
AP 6.3 - CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SÓCIO CULTURA, COLECTIV., SAÚDE, DESPORTO, 3ª IDADE E JOVENS	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das acções propostas na Agenda 21Local de Redondo</li> <li>➤ Criação de um conselho municipal de desporto e cultura</li> <li>➤ Criação de uma comissão municipal de cultura</li> <li>➤ Criação de uma comissão nacional de juventude</li> <li>➤ Apresentação e discussão de novas propostas</li> </ul>	X			Reduzido	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de sessões da comissão</li> <li>➤ N.º de participantes</li> <li>➤ N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	

Acção	Actividades	Prazo de execução			Custo	Indicadores	Acções relevantes
		Curto	Médio	Longo			
AP 6.4 - CRIAÇÃO DA COMISSÃO AGRICULT, AGROPECUÁRIA E AGRO-INDUSTRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento das acções propostas na Agenda 21Local de Redondo</li> <li>➤ Apresentação e discussão de novas propostas</li> </ul>	X			Reduzido	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ N.º de sessões da comissão</li> <li>➤ N.º de participantes</li> <li>➤ N.º de propostas por tipo de proponente</li> </ul>	<p>AR 6.4.1 - Criação de um conselho municipal de desporto e cultura</p> <p>AR 6.4.2 - Criação de uma comissão municipal de cultura</p> <p>AR 6.4.3 - Criação de uma comissão nacional de juventude</p>



### III - Contributos individuais para a A21L de Redondo - pensar global, agir local

#### Em casa, como reduzir o consumo de energia?

- Assegurando -se que os telhados estão bem isolados
- Utilizando vidros duplos, calafetando vidros e janelas para reduzir as perdas de calor
- Utilizando termóstatos e temporizadores, reduzindo a temperatura para níveis razoáveis. Baixar o termóstato em 1 % pode significar uma redução de 5 % na factura de energia
- Escolhendo frigoríficos, arcas congeladoras e outros electrodomésticos que tenham baixos níveis de consumo de energia
- Instalando em casa lâmpadas de baixa potência. Estas poupam energia e, a longo prazo, dinheiro, uma vez que são mais duradouras
- Não enchendo demasiado a chaleira ou cafeteira se apenas vai fazer uma chávena de café ou chá
- Ensinando às crianças o que é o ambiente e de como podem ajudar a protegê-lo

#### Em casa, como reduzir a quantidade de lixo doméstico produzido?

- Reutilizando o máximo (e.g. os frascos vazios podem ser usados para guardar coisas, os envelopes usados podem ser usados para listas de compras, os copos vazios de iogurte para sementes). Usando a imaginação e pensando na utilização a dar às coisas antes de as deitar fora.
- Comprando produtos com embalagens de reduzido tamanho, privilegiando produtos com embalagens feitas de produtos reciclados
- Fazer compostagem com os restos de vegetais
- Deitando óleos de motor, tintas velhas e outros produtos perigosos em depósitos apropriados
- Separando e deitando o lixo doméstico no eco-ponto mais próximo da sua residência e aderindo à campanha do ECOCIDADÃO

#### No Jardim?

- Encorajando a vida selvagem construindo pequenos lagos e colocando ninhos
- Tentando utilizar adubos orgânicos e pesticidas em reduzidas quantidades e, se possível, procurando soluções alternativas
- Plantando árvores que absorvam o dióxido de carbono e ajudem a reduzir o aquecimento global
- Plantando flores e arbustos autóctones que providenciem abrigo para os insectos e alimento para os pássaros
- Criando um pilha com os restos dos resíduos orgânicos do jardim para compostagem, não os queimando

### Nas compras?

- Lendo cuidadosamente os rótulos das embalagens antes de comprar qualquer produto, e comunicando ao vendedor ou fornecedor caso as informações sejam insuficientes
- Não comprando produtos prejudiciais para o ambiente, tais como produtos que contenham CFC's
- Preferindo produtos reciclados quando estes estiverem disponíveis
- Quando comprar produtos eléctricos, escolhendo aqueles com maior eficiência de energia. Verifique a etiqueta da energia
- Assegurando-se que não compra bens com demasiada embalagem ou em que a embalagem não possa ser reciclada. Comprando fruta e vegetais avulso em vez de pré-embalados, reutilizando os sacos de plástico
- Comprando comida biológica na qual não foram utilizados pesticidas
- Procurando comprar produtos de comércio justo, nomeadamente café e chá. Estes produtos oferecem a garantia que os mesmos foram cultivados através de meios que respeitam o trabalho humano e o meio ambiente
- Procurando não comprar bens e produtos feitos de materiais raros, tais como madeiras tropicais
- Comprando alimentos da região nos mercados locais e produtos da época

### Quando viajar?

- Andando ou pedalando sempre que puder para reduzir a poluição, poupando combustível e mantendo-se em forma
- Utilizando transportes públicos sempre que puder e evitando a utilização do carro ao abastecer-se no comércio local sempre que possível
- Partilhando a viagem de automóvel para a escola/trabalho/compras com colegas e/ou familiares.
- Planificando cada viagem com antecedência de forma a evitar as horas de maior congestionamento
- Vigiar o ar dos pneus. Pneus demasiado vazios aumentam o consumo de combustível e podem ser perigosos uma vez que sofrem um maior desgaste
- Mantendo o carro o mais leve possível de forma a aumentar a eficiência do combustível
- Mantendo as velas limpas e mudando-as, assim como ao filtro do ar, a intervalos regulares e quando recomendado
- Conduzindo com suavidade e evitando travagens bruscas. Uma aceleração progressiva a uma velocidade tão alta quanto possível permite usar menos combustível
- Velocidades mais lentas poupam combustível. Conduzir a 70 km/h em vez de 90 km/h reduz o consumo de combustível em 30 %
- Desligando o motor numa fila ou engarrafamento se estiver parado por mais de 2 minutos.

### No trabalho?

- Providenciando locais e espaços e encorajando os colegas a reciclar latas, vidros, plásticos e papeis
- Comprando e/ou utilizando produtos reciclados
- Desligando as luzes e equipamentos quando estes não estiverem a ser utilizados
- Racionalizando cópias e impressões e tentando utilizar ambos os lados da folha

### Como participar no processo Agenda 21 Local?

- Contactando associações e colectividades na área de residência, procurando saber o que fazem para promover o desenvolvimento sustentável e como poderá aderir e juntar-se a elas nos seus diversos projectos
- Contactando a autarquia e procurando obter mais informação
- Desenvolvendo algum trabalho voluntário. Existem imensas organizações que precisam de ajuda
- Participando nos fóruns de discussão concelhios
- Caso pertença a uma colectividade, entusiasmando os colegas a participar num processo Agenda 21 Local
- Organizando um projecto comunitário na área de residência (e.g. uma recolha de lixo para reciclagem)
- Partilhando experiências com terceiros